



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS EMPRESARIAIS

CARLOS GIME TIGRE LELO

CRIAÇÃO DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

CAÁLA 2023

CARLOS GIME TIGRE LELO

CRIAÇÃO DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Projecto de Fim do Curso ser apresentado no Instituto Superior Politécnico da Caála como requisito para a obtenção do título de licenciado em Ciências Económicas Empresariais na Especialidade de Contabilidade e Auditoria

ORIENTADO POR: Alfredo Vidal Kanganjo Eduardo Silvano.

CAÁLA 2023

Com profundo carinho e imensa gratidão, dedico este projecto a todos aqueles que desempenharam um papel vital em sua realização. Aos meus queridos pais, cujo amor, apoio e valores moldaram minha jornada, sendo o alicerce sólido sobre o qual construí cada passo. Aos meus irmãos, a minha amada família em geral, que sempre esteve ao meu lado, celebrando as vitórias e apoiando nos momentos difíceis. Aos meus pais, por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade durante todo o meu período escolar. Ao meu orientador, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu vasto conhecimento. Aos meus irmãos, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos delicados da minha vida

Com sincero apreço "Carlos Lelo"

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, Agradeço a Deus, que fez com que meus objectivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos e ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

Aos meus pais José Tibúrcio Lelo e Natália Fita Tigre e irmãos, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Ao meu orientador, Dr. Alfredo Vidal Kanganjo Eduardo Silvano, agradeço por sua orientação, paciência e dedicação incansável. Seu conhecimento, conselhos valiosos e confiança em meu potencial foram cruciais para conduzir este projecto ao sucesso. Agradeço por compartilhar sua experiência e por me inspirar a alcançar um nível mais elevado.

Aos professores do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, pelas correcções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Ao Instituto Superior Politécnico da Caála, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso;

À todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

Com muita estima e consideração “Carlos Lelo”

RESUMO

Este projecto de conclusão de curso tem como objectivo primordial a criação de um Escritório de prestação de serviços de Contabilidade Pública para atender as necessidades de elaboração de orçamentos e relatórios na prestação de contas abrangendo uma análise detalhada de todas as etapas e considerações necessárias para estabelecer um escritório de contabilidade pública. O estudo procurou responder o seguinte problema de pesquisa **Quais são os principais desafios e benefícios associados à criação de um escritório de contabilidade pública no Huambo?** para dar resposta foi utilizada uma metodologia abrangente, incorporando pesquisa descritiva, explicativa, bibliográfica, documental, qualitativa e quantitativa para compreender o contexto local e identificar as principais necessidades e que foi fundamental para embasar o projecto em melhores práticas e regulamentações, a pesquisa permitiu compreender a importância da contabilidade pública para nos organismos públicos, bem como sua disposição em adoptar práticas. Esta análise nos ajudou a identificar possíveis obstáculos e oportunidades afectos a prática da contabilidade pública. A análise de viabilidade incluiu uma avaliação detalhada dos custos operacionais, considerando todos pressupostos associados a prestação de serviços de contabilidade pública. Também consideramos o valor total do projecto, que engloba o potencial impacto económico positivo na comunidade. A viabilidade do projecto assentou nos seguintes indicadores feita a comparação $VAL > 0$; $TIR > COC$ e o mesmo recuperar em 2 anos 10 meses e 13 dias. Neste prisma o projecto gera riqueza e por essa razão deve ser implementado pelos proponentes. Além dos critérios financeiros, levamos em consideração os impactos sociais positivos, como a implementação de um escritório de contabilidade pública, principalmente a especialização de contabilidade autárquica uma vez que o País pretende realizar eleições autárquicas, que irá impulsionar o cumprimento da lei das finanças locais sustentada pela lei n.º 13_20 de 14 de Maio-Regime Financeiro das Autarquias locais e a utilização do Plano de Contas do Estado. Todavia, com o apoio dos que tornaram este projecto possível, esperamos que o escritório de contabilidade pública contribua para um futuro mais próspero para a comunidade do Huambo e para os Entes Públicos.

Palavras chave: **Pública, Contabilidade, Escritório, Viabilidade, Autarquias**

ABSTRACT

This course completion project has as its primary objective the creation of a public accounting office, covering a detailed analysis of all the steps and considerations necessary to establish a public accounting office. The study sought to answer the following research problem: What are the main challenges and benefits associated with creating a public accounting office in Huambo? To respond, a comprehensive methodology was used, incorporating descriptive, explanatory, bibliographical, documentary, qualitative and quantitative research to understand the local context and identify the main needs and which was fundamental to base the project on best practices and regulations, the research allowed understanding the importance of public accounting for public bodies, as well as their willingness to adopt practices. This analysis helped us to identify possible obstacles and opportunities affecting the practice of public accounting. The feasibility analysis included a detailed assessment of operating costs, considering all aspects of the operation, from waste collection to processing. We also consider the total value of the project, which encompasses the potential positive economic impact on the community. In this perspective, the project generates wealth and for that reason it must be implemented by the proponents. In addition to financial criteria, we take into account the positive social impacts, such as the implementation of a public accounting office, especially the specialization in municipal accounting, as a country intends to hold municipal elections, which will boost compliance with the local finance law and the use of the public general chart of accounts. However, with the support of those who made this project possible, we hope that the public accounting office will contribute to a more prosperous future for the Huambo community and for Public Entities.

Keywords: Public, Accounting, Office, Feasibility, Autarchy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPM	Capital Asset Pricing Model
CMPC	Custo Médio Ponderado de Capitais
COC	Custo de oportunidade de capitais
IFAC	International Federation of Accountants
MINFIM	Ministério das Finanças
IPSAS	Normas internacionais de Contabilidade do sector público
IFAC	International Federation of Accountants
SIGFE	O Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado
OGE	Orçamento Geral do Estado
PCE	PLANO DE CONTAS DO ESTADO
PGCA	Plano Geral de Contabilidade de Angola
PMFP	Programa de Modernização das Finanças Públicas
PMFP	Programa de Modernização das Finanças Públicas
PSEF	Programa de Saneamento Económico e Financeiro
PSEF	Programa de Saneamento Económico e Financeiro
RA	Rendibilidade do Activo
RCP	Rentabilidade dos Capitais Próprios
RI	Rentabilidade do Investimento
RPS	Rendibilidade da Prestação de Serviço
SIGFE	Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado
STEP	Sociais, Tecnológico, Económicos, Políticos
SWOT	Stengths, Weaknesses, Opportunites, Threats
TIR	Taxa Interna de Rentabilidade
VAL	Valor Actualizado Líquido

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Evolução da Contabilidade Pública em Angola	19
Tabela 2 Princípios da Contabilidade Pública	21
Tabela 3 Exemplos de factores STEP	30
Tabela 4 Classificação quanto ao sector de actividade.....	38
Tabela 5 Classificação de Empresas quanto a dimensão	39
Tabela 6 Cálculo do VAL.....	48
Tabela 7 Cálculo da TIR.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Mapa de Investimento	49
Gráfico 2 Financiamento	50
Gráfico 3 Custos Operacionais	51
Gráfico 4 Indicadores de Viabilidade Económica do Projecto.....	51

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	13
1.1	Finalidade	13
1.2	Justificativa.....	13
1.2.1	Relevância do Tema	14
1.3	Problematização	14
1.4	Problema da Pesquisa.....	15
1.5	Objectivo	15
1.5.1	Objectivo Geral.....	15
1.5.2	Objectivo Específico	15
1.6	Objecto de Estudo	15
1.7	Campo de Estudo	15
2.	REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1	Evolução da Contabilidade Pública	16
2.1.1	Evolução da Contabilidade Pública em Angola.....	17
2.2	A Contabilidade Pública no Contexto Internacional.....	20
2.2.1	Caracterização dos Sistemas Contabilísticos	20
2.3	Conceito	20
2.4	Princípios da Contabilidade Pública	21
2.5	O Papel da Contabilidade Pública na Gestão Financeira	21
2.6	Objectivo da Contabilidade Pública	22
2.7	Regime Contabilístico Aplicado a Contabilidade Pública em Angola	22
2.8	Tecnologia de Informação na Contabilidade Pública	22
2.9	Características da Contabilidade Pública	23
2.9.1	Características da Informação Contabilística	23
2.10	Plano de Contas do Estado.....	24
2.11	Análise Financeira	24

2.11.1	Critérios da Análise Financeira.....	25
2.12	Projecto de Investimento	25
2.13	Aspectos centrais da análise de projectos	26
2.14	Classificação dos projectos.....	27
2.14.1	Quanto ao seu grau de interdependência	28
2.14.2	Quanto à dimensão dos projectos	28
2.14.3	Quanto ao perfil dos projectos	29
2.15	Modelos de Análise de projectos.....	29
2.15.1	Análise STEP	29
2.15.2	Análise SWOT	30
2.15.3	Redundância entre as análises STEP e SWOT.....	33
2.15.4	Cinco Forças de Porter.....	33
2.16	Arranque do projecto a partir de problemas identificados	35
2.17	Critérios de avaliação de projectos	35
2.17.1	Custo Médio de Oportunidade de Capitais.....	35
2.17.2	Modelo de Avaliação de Activos de Capital	36
2.17.3	Método do Valor Actualizado Líquido (VAL)	37
2.17.4	Taxa Interna de Retorno (TIR) e Payback	37
2.18	Organizações	37
2.18.1	Classificação das Empresas Segundo (TAMO, 2006)	38
3.	METODOLOGIA.....	40
3.1	Pesquisa quanto aos objectivos	40
3.1.1	Pesquisa Descritiva	40
3.1.2	Pesquisa explicativa	40
3.2	Pesquisa quanto a abordagem do problema.....	41
3.2.1	Pesquisa Bibliográfica	41
3.2.2	Pesquisa Documental.....	41

3.3	Pesquisa quanto aos procedimentos	41
3.3.1	Pesquisa qualitativa	41
3.3.2	Pesquisa quantitativa	42
3.4	Métodos de recolha de dados	42
4.	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	43
4.1	Apresentação da Empresa	43
4.1.1	Missão, Visão e Valores	43
4.2	Instrumentos de Análise	44
4.2.1	Matriz SWOT	44
4.3	Interpretação dos Rácios Económicos e Financeiros	44
4.4	Critérios de Decisão do projecto	48
4.5	Interpretação Gráfica	49
5.	CONCLUSÕES	53
5.1	LIMITAÇÕES	54
5.2	RECOMENDAÇÕES:	55
	REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS	56
	ANEXOS A- Mapas Económicos- Financeiros	60

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade pública desempenha um papel fundamental no gerenciamento eficiente dos recursos financeiros do sector público. Com a crescente demanda por serviços contabilísticos no âmbito governamental, a criação de um escritório de contabilidade pública torna-se uma necessidade premente. Neste trabalho de fim de curso, analisaremos minuciosamente o processo de criação de um escritório de contabilidade pública, abordando desde a elaboração do plano de negócios até a implementação e operacionalização do empreendimento.

O objectivo principal é fornecer uma visão abrangente e aprofundada sobre os desafios e oportunidades envolvidos nessa perspectiva, considerando o contexto Económico e regulatório do país. Serão apresentadas análises de mercado, estratégias de gestão e técnicas contabilísticas específicas para o sector público. Além disso, exploraremos também os benefícios sociais e económicos que um escritório de contabilidade pública pode trazer para a comunidade, tais como transparência nas finanças governamentais, melhoria na gestão fiscal e optimização dos recursos públicos.

Esperamos que este trabalho seja uma fonte de informações e inspiração para profissionais da contabilidade, empreendedores e gestores públicos que tenham interesse em estabelecer um escritório de contabilidade pública. Acreditamos que a criação de um ambiente contabilístico sólido e eficiente é essencial para o desenvolvimento e progresso do sector público, contribuindo para a construção de uma governação transparente e responsável.

1.1 Finalidade

Na nossa perspectiva entendemos que finalidade é aquilo que se pretende alcançar, propósito ou fim com intenção para o desenvolvimento de uma pesquisa. A presente pesquisa tem como finalidade apresentar os pressupostos subjacentes a prestação de serviços de contabilidade pública aos organismos públicos.

1.2 Justificativa

Entendemos que a justificativa é o motivo ou argumento que explica uma determinada acção ou trabalho. O presente trabalho justifica-se pela sua essência em contribuir para a gestão

eficiente e transparente dos recursos públicos, garantindo a tomada de decisão informada e a prestação de contas.

Esta pesquisa será útil para os governadores, administradores, directores provinciais e vários gabinetes, outras Instituições públicas, os profissionais que actuam na área de contabilidade pública, pelos docentes que leccionam a cadeira de contabilidade pública pelos estudantes dos variadíssimos cursos e para a sociedade em geral.

Está pesquisa é pertinente pelo autor porque o mesmo pretende criar uma empresa vocacionada a prestação de serviços de contabilidade pública por ser um sector pouco explorado a nível do mercado de prestação de serviços.

1.2.1 Relevância do Tema

Definimos como relevância a vantagem ou importância do presente trabalho na vida da comunidade e para os organismos públicos. O presente trabalho é relevante devido a escassez de escritórios de contabilidade pública no município do Huambo, para assessorar as instituições públicas na elaboração de orçamentos e relatórios que representem fidedignamente as informações dos orçamentos cabimentados para a realização das despesas. O presente trabalho é relevante também pois a criação de um escritório de contabilidade pública especializado poderá proporcionar

1.3 Problematização

Com a evolução da ciência contabilística a nível, onde verificou-se a importância da separação da contabilidade por sectores devido as especificidades e com o surgimento das normas internacionais de relato financeiro do sector público e a sua importância na prestação de contas. A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contabilística que regista, controla e demonstra os actos e factos relativos à Administração Pública, portanto, ramo da Contabilidade pública é entendido aqui como o ramo que controla os actos e factos relacionados ao Património Público e suas variações, bem como acompanha a execução do orçamento, a arrecadação de receitas e a execução das despesas públicas. Com o surgimento de autarquias em Angola, ou seja, com a descentralização administrativa das finanças locais urge a necessidade de se criar empresas que poderão prestar serviços para os municípios na perspectiva de políticas de financiamento das despesas locais. Verifica-se como uma grande oportunidade no mercado angolano para todos os segmentos com o surgimento das autarquias a contabilidade pública

poderá evoluir para a contabilidade da autarquia, conforme fundamenta (CARVALHO, 1996)“A contabilidade das autarquias é uma contabilidade orçamental, cujo princípio de funcionamento é o da realização de previsões de receitas e despesas, em contas de origem e destino, que servem para no decurso da execução controlar os fluxos financeiros reais.”

Portanto, a contabilidade não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de gestão, de controlo e de informação das finanças públicas e locais. Assim identificada a situação problemática colocamos a seguinte questão de pesquisa.

1.4 Problema da Pesquisa

Quais são os principais desafios e benefícios associados à criação de um escritório de contabilidade pública no Huambo?

1.5 Objectivo

1.5.1 Objectivo Geral

Criar uma Empresa de prestação de serviços de Contabilidade Pública para atender as necessidades de elaboração de orçamentos e relatórios na prestação de contas.

1.5.2 Objectivo Específico

- 1) Elaborar um marco teórico de revisão de literatura;
- 2) Diagnosticar metodologia os fundamentos da pesquisa a partir de instrumentos de colecta e tratamento de dados;
- 3) Elaborar mapas económicos, financeiros e patrimoniais que apresentam a viabilidade e rentabilidade da proposta através dos indicadores tradicionais.

1.6 Objecto de Estudo

Contabilidade Pública.

1.7 Campo de Estudo

Instituições Públicas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Evolução da Contabilidade Pública

Segundo (Castro 2010), quando falamos em contabilidade e, mais especificamente sobre Contabilidade Pública, a primeira coisa que nos vem à mente é o *deficit, o superavit*, as receitas, as despesas, o orçamento público e mais um emaranhado de números, códigos, valores e termos cujas denominações nem sempre nos são familiares. Ocorre que contabilidade não é só receita e despesa, não é só débito e crédito. Se conhecermos a sua origem e a sua finalidade, compreenderemos melhor os relatórios e demonstrativos elaborados a partir de seus registros.

Segundo (MOTA, 2009) a contabilidade teve a sua origem nos primórdios da civilização. Surgiu da necessidade de se manterem registros e acompanhamentos das operações de comércio, isto é, de trocas de bens e serviços. A preocupação inicial limitava-se à protecção da posse dos bens materiais de que o homem dispunha. Havia também a preocupação com a administração desses bens, de modo que pudessem obter alguma vantagem com eles e garantir a sua posse para as gerações futuras.

Há indícios de que as cidades fenícias foram as primeiras a praticar o comércio, embora não tenham sido exclusivas. Na Babilónia, por volta de 2000 a.C., foram encontrados registros de trocas de bens e serviços que serviam de base para a cobrança de impostos. (CARVALHO, 2010)

Aos poucos, os dados registados nas contas governamentais foram aumentando, mas só no fim da Idade Média, com os comerciantes italianos, é que a contabilidade se incorporou aos negócios privados, que cresciam e se diversificavam. Foi na Itália que surgiu o termo *contabilità*, com a introdução de diversas inovações nos registros por governos e pela Igreja. Os primeiros controles foram estabelecidos pelos templos, o que perdurou por vários séculos. (LUIZ, 2016)

A introdução da técnica contabilística nos negócios privados foi uma contribuição dos italianos do século XIII. Surgiram os empréstimos a empresas comerciais e investimentos em dinheiros, que por sua vez determinaram o desenvolvimento de escriturações especiais que reflectissem os interesses dos investidores e credores, ao mesmo tempo, e que fossem úteis aos comerciantes em suas relações, (Castro, 2010).

Enfatiza (PACIOLI, 1494) que a teoria contabilística do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos. Tentando explicar, aos débitos e créditos são atribuídos os mesmos valores, porém indicados por sinais opostos. O aparecimento de sua obra marca o início da fase moderna da contabilidade.

Em seu Tratado de Contabilidade, Luca Pacioli destacava inicialmente o que era necessário ao bom comerciante. Conceituava inventário e como fazê-lo. Discorria sobre livros mercantis: memorial, diário e razão, suas autenticações. Tratava dos registos de operações como aquisições, permutas, sociedades etc., de contas em geral, como abrir, movimentar e encerrar; de contas de armazenamento; lucros e perdas (denominadas pro e dano); e das correcções e arquivamento de contas e documentos.

2.1.1 Evolução da Contabilidade Pública em Angola

“A Angola enfrentou duas grandes fases na sua evolução histórica contabilística: a fase colonial e a fase pós-colonial.” (ANTÓNIO, 2017)

Angola enquanto província de Portugal, a sua contabilidade era dependente de Portugal através da Direcção dos Serviços de Fazenda Nacional até Março de 1976, altura em que se deu a troca da moeda do Escudo para o Kwanza. Neste mesmo ano foi criado o Ministério das Finanças que efectuou uma reforma fiscal, com maior incidência no Código de Contribuição Industrial, assim como exarou Decretos e Decretos-Leis, que permitissem determinar o resultado líquido e a publicação do novo Plano de Contas Nacional, tais como o Decreto nº49381 que vigorou até 1977. Em 1978 foi criado um Plano de Contas pelo Ministério do Comércio Interno e pelo Decreto nº2507/9 de 19 de Outubro do Conselho de Ministros, aprovou-se o Plano de Contas Nacional, que vigorou no sistema político socialista. (ANTÓNIO, 2017)

No entendimento de (ANTÓNIO, 2017) a contabilidade pública em Angola como prática recorrente surgiu com a entrada em vigor da Lei n.º 15/10 de 17 de Julho e possui os seus fundamentos no Decreto n.º 36/09 de 12 de Agosto (**aprova o regulamento do sistema contabilístico do Estado**) observando no que diz respeito as normas internacionais de Contabilidade para o Sector Público editadas pela IFAC- *International Federation of Accountants* e nos princípios de contabilidade geralmente aceites.

(ANTÓNIO, 2017) afirma que com o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (PSEF) e a perspectiva da implantação do princípio basilar da economia de mercado e o multipartidarismo, por Decreto nº70/89 de 23 de Dezembro, do Conselho de Ministros, é aprovado o Plano de Contas Empresarial (PCE), visto que o anterior não se ajustava ao programa do SEF. É obvio que o actual Plano de Contas Empresarial (PCE), anteriormente designado Plano de Contas Nacional concebido e adaptado para uma fase diferente da nossa economia, não se encontra actualmente ajustado aos grandes objectivos preconizados no âmbito do PSEF e daí que se tenha de proceder ao seu reajustamento.

O desenvolvimento económico e social que Angola tem registado, após o término da guerra civil em 2002 e a inexistência de um órgão de normalização contabilística nacional, fez com que o Ministério das Finanças chamasse a si a responsabilidade de ajustar novamente as

bases da normalização contabilística de Angola à realidade internacional. Foi assim que por Decreto nº82/01 de 16 de Novembro, se aprovou o Plano Geral de Contabilidade de Angola (PGCA), que vigora até à presente data, aplicável às sociedades comerciais e empresas públicas, que exerçam actividade em Angola ou noutros países, mas que tenham a sua sede em território nacional. (FORTES, 2001)

(LUIZ, 2016) Entende que a trajectória das Finanças Públicas da República de Angola tem um marco histórico importante: a implementação em Janeiro de 2004 da nova plataforma informática do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado – SIGFE, adaptando-se o sistema de partidas dobradas, no âmbito do Programa de Modernização das Finanças Públicas – PMFP.

No entendimento de (ANTÓNIO,2017) a “contabilidade pública em Angola tem evoluído ao longo dos anos, com a implementação de normas internacionais de contabilidade e a modernização dos processos de prestação de contas do sector público.” Para avaliar de forma consciente a relevância desse marco histórico, torna-se indispensável delinear os cenários das finanças públicas no país antes e depois de 2004, destacando as seguintes acções:

Tabela 1 Evolução da Contabilidade Pública em Angola

Tabela Ilustrativa da Evolução da Contabilidade Pública em Angola	
Antes de 2004	Depois de 2004
No âmbito da Gestão Orçamental e Financeira	
Informações não consolidadas;	Implantação da contabilidade patrimonial (registo, acompanhamento e controlo dos bens, direitos, obrigações e resultado patrimonial);
Digitalização centralizada no Órgão Central do Sistema Contabilístico do Estado;	Descentralização dos registos da execução orçamental, financeira e patrimonial ao nível das Unidades
Inexistência da Contabilidade Patrimonial;	Adoção do método contabilístico das partidas dobradas;
Falta de informações em tempo real da boa gestão contabilística;	Integração e controlo da execução, orçamental e financeira, com o registo contabilístico em simultâneo;
Atraso na produção de informações;	Formalização do registo da etapa da liquidação da despesa;
Nível insuficiente de capacitação institucional	Sistematização da programação financeira, otimizando a utilização dos recursos financeiros;
	Integração dos dados da execução das entidades com autonomia administrativa e financeira;
	Fortalecimento da contabilidade pública como fonte segura e oportuna de informações;
	Capacitação dos quadros das finanças públicas;
	Criação das condições para a elaboração do CGE;
	Fortalecimento do exercício do controlo interno e externo
Quanto ao Suporte técnico Utilizado	
Estação de trabalho em cada Unidade Orçamental;	Implementação do sistema contabilístico na plataforma informática Web;
Banco de Dados X-base;	Interligação de todas as Unidades Orçamentais do território nacional e do exterior.
Linguagem de Programação Clipper 5.1;	Instalação da base de dados centralizada, com digitação descentralizada;
Baixo nível de segurança;	Padronização dos métodos e rotinas de trabalho;
Dificuldades e atrasos na consolidação das informações.	Operação do Sistema em tempo real.

Fonte: Adaptado de (LUIZ, 2016)

2.2 A Contabilidade Pública no Contexto Internacional

2.2.1 Caracterização dos Sistemas Contabilísticos

Segundo (Carvalho, 2005), podemos agrupar os países de acordo com a classificação actual dos sistemas contabilísticos quanto ao grau de desenvolvimento da Contabilidade Pública.

Segundo (SOARES, 2010), o processo de harmonização contabilística visa harmonizar as práticas contabilísticas de diferentes países de forma alcançar alguma comparabilidade entre as demonstrações financeiras. Com a harmonização dos diferentes sistemas contabilísticos pretendem alcançar a uniformidade e a normalização.

2.3 Conceito

Contabilidade Pública é o ramo da ciência contabilística que tem como objectivo aplicar os conceitos, os princípios e as normas contabilísticas nos actos e factos de gestão orçamentais, financeira, patrimonial e de compensação, nos órgãos e entidades da Administração Pública, directa e indirecta e ainda fornecer informações tempestivas, compreensíveis e fidedignas à sociedade e aos gestores públicos. (CARVALHO, 2010)

Para (ANTÓNIO, 2017) a contabilidade pública é o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e regista os actos e fatos da administração pública, demonstrando o seu património e as suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento.

Conceito de Contabilidade Pública de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.1/2008 – Resolução CFC nº1.128/2008:

A Contabilidade Aplicada ao Sector Público é o ramo da ciência contabilística que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais e as Normas Contabilísticas direccionados ao controlo patrimonial das entidades do sector público. Tem como Objectivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, económica, financeira e física do património da entidade do sector público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Na concepção de (ABRAHAM, 2010) o objecto da Contabilidade Pública é o património público, assim considerado o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do sector público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração económica por entidades do sector público e suas obrigações.

A contabilidade pública, como afirma (CASTRO, 2015), "é a base mais segura da informação financeira, suporte da posição patrimonial e controle da informação orçamentária em todas as suas fases".

2.4 Princípios da Contabilidade Pública

Tabela 2 Princípios da Contabilidade Pública

Princípios da Contabilidade Pública		
N/O	Princípios	Aplicação
1	Princípios Da Entidade	O Princípio da Entidade reconhece o património como objecto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um património particular no universo dos patrimónios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.
2	Princípio da Oportunidade	O Princípio da Oportunidade é a base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registos contabilísticos dos actos e dos fatos que afectam ou possam afectar o património da entidade pública.
3	Princípio do Registo pelo valor original	O registo pelo valor original corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada – a exemplo de custo histórico, custo histórico corrigido e custo corrente; ou valores de saída.
4	Princípio da Actualização Monetária	Na Contabilidade Pública, assim como a Geral, será obrigatória a actualização monetária quando a inflação acumulada no triénio, medida com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), atingir 100% ou mais.
5	Princípio da Competência	O sector público obedece ao Princípio da Competência, reconhecendo as transacções e os eventos na ocorrência dos respectivos actos e fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento.
6	Princípio da Prudência	As estimativas que afectam os patrimónios devem reflectir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menos para activos, entre alternativas igualmente válidas e valores maiores para passivos.

Fonte: (Autor 2023)

2.5 O Papel da Contabilidade Pública na Gestão Financeira

A contabilidade pública desempenha um papel essencial na gestão eficiente dos recursos financeiros do sector público em Angola. Deve-se explorar a importância da

contabilidade na elaboração de relatórios financeiros, orçamentação, controle interno e na avaliação do desempenho financeiro do governo. (ANTÓNIO, 2017)

2.6 Objectivo da Contabilidade Pública

Apresentar hoje a contabilidade como uma técnica de registo dos fatos patrimoniais passados, é limitar o seu campo de análise e conseqüentemente deixar de lhe atribuir uma característica importante: a de constituir um meio eficiente de gestão (CARVALHO, 2010).

Segundo a NBC T/CFC 16.1/2008, o objectivo da Contabilidade Pública é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, económica, financeira e física do património da entidade do sector público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequação prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

2.7 Regime Contabilístico Aplicado a Contabilidade Pública em Angola

(LUIZ, 2016) relata que com vista a colmatar a carência de informação contabilística de que se ressentiam os gestores públicos para auxiliar o processo de gestão dos recursos postos a sua disposição, o governo angolano em Julho de 2002, fez aprovar o Programa de Modernização das Finanças Públicas – PMFP, com o objectivo de melhorar todo o processo de gestão das finanças públicas.

Neste ínterim, para (LUIZ, 2016) o Estado passou a contar com informações mais consistentes, oportunas e comparáveis, que têm conferido maior segurança ao processo de tomada de decisão por parte dos diversos agentes e maior transparência aos actos da gestão dos recursos públicos.

2.8 Tecnologia de Informação na Contabilidade Pública

A implementação de sistemas de informação contábil modernos e eficientes é um aspecto importante para melhorar a contabilidade pública em Angola. Autores como (FERREIRA, 2018) e (SANTOS, 2022) discutem a importância da tecnologia da informação, incluindo a utilização de *softwares* de contabilidade e sistemas integrados de gestão financeira, na modernização dos processos contábeis e no aumento da transparência.

O Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado – SIGFE é o que assegura a dinâmica e a eficácia da execução orçamental e financeira descentralizada do Orçamento Geral do Estado. O SIGFE é um sistema informático, gerido pelo MINFIN que responde pelo registo contabilístico, em tempo real e de forma integrada, da execução orçamental, financeira e patrimonial do Estado. É o instrumento utilizado para automatizar e

integrar de modo efectivos processos de gestão da função finanças públicas. (LUIZ, 2016)

De acordo (LUIZ, 2016) o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado possibilita:

- a) Interligar a uma base única de processamento dos dados de execução de todos os Órgãos e Unidades do Governo, no País e no exterior;
- b) Garantir a observância da disciplina por todos os gestores orçamentais das regras de execução do OGE e da programação financeira;
- c) Cumprir com as etapas da cabimentação, liquidação e pagamento de despesas;
- d) Implementar a contabilidade patrimonial, de maneira a destacar os activos e passivos do Estado e o resultado patrimonial da gestão;
- e) Possibilitar o acesso imediato e *online* às contas consultas, demonstrações financeiras e Relatórios de Execução Orçamental, Financeira e Patrimonial;
- f) Garantir a obtenção dos elementos para a elaboração e apresentação da Conta Geral do Estado;
- g) Criar melhores condições para o exercício do controlo interno e externo.

2.9 Características da Contabilidade Pública

Entende (LUIZ, 2016) que a contabilidade pública apresenta características que definem a sua aplicação e a natureza da informação que presta aos seus diversos interessados (o Governo, os órgãos de controlo interno e externo, os contribuintes, fornecedores de bens e serviços, agências internacionais de fomento, investidores internacionais e a sociedade em geral.

(LUIZ, 2016) Defende que a contabilidade pública em angola é caracterizada pela obrigatoriedade de registar contabilisticamente a execução do OGE, desde o momento da sua aprovação até o pagamento final das despesas. Assim, o principal interesse que se tem nas informações geradas pela contabilidade pública é o resultado da execução do Orçamento e os seus reflexos na execução patrimonial e financeira.

De maneira sintética (LUIZ, 2016) afirma que se pode declarar que a Contabilidade Pública apresenta três características básicas:

- 1) Escrituração do orçamento e da programação financeira;
- 2) Registo dos actos potenciais, ou seja, os que não afectam o património de forma imediata, mas que podem fazê-lo no futuro;
- 3) Escrituração segundo o sistema de contas (orçamental, financeira patrimonial e de controlo).

2.9.1 Características da Informação Contabilística

(KOHAMA, 2016) relata que as informações produzidas pela contabilidade pública devem demonstrar, com clareza a situação de todos os agentes públicos que arrecadem receitas, efectuem despesas, produzam bens e serviços, executem obras ou serviços, guardem ou administrem bens pertencentes ou confiados ao Estado, de modo a facilitar a análise e a interpretação do resultado alcançado com a gestão dos recursos públicos;

As informações contabilísticas expressam-se através das demonstrações financeiras e dos relatórios elaborados para apoiar o processo da tomada de decisão;

Para que sejam admitidas como válidas e de boa qualidade, as informações contabilísticas devem atender cumulativamente aos requisitos de fiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

2.10 Plano de Contas do Estado

O plano de conta do Estado (PCE) consiste na estruturação uniforme e sistematizada das contas a serem utilizadas para o registo contabilístico dos actos e factos administrativos e representa uma fonte para obtenção de informação de natureza orçamental, financeira e patrimonial resultante das actividades do Estado, espelhadas nas Demonstrações Financeiras e nos relatórios de execução da receita, da despesa e da programação financeira. (LUIZ, 2016)

Como afirma (LUIZ, 2016) a implementação do PCE decorreu da adopção dos processos modernos de planificação contabilística na sequência da implementação da contabilidade pública na plataforma informática SIGFE em 2004, mediante a introdução do método de partidas dobradas. As empresas públicas sujeitam-se ao PGC previsto pelo decreto n 82/01 de 10 de Novembro e na lei de bases do sector empresarial público (Lei n.11/13 de 3 de Setembro).

2.11 Análise Financeira

A análise financeira recorre inevitavelmente às informações financeiras produzidas pelas empresas. A mesma tem como objectivo - com base nos documentos produzidos - permitir uma compreensão simultaneamente mais rápida e profunda das informações disponíveis, sempre com vista à sua utilidade percebida pelos utilizadores. Contudo existem três aspectos que convém desde já sublinhar nesta fase. Por um lado, as informações colhidas com base em algumas metodologias que serão abordadas neste livro, carecem sempre de uma apreciação pelo analista financeiro e, como tal, têm sempre implícito um carácter de subjectividade inegável. (FERNANDES, 2015)

Na percepção de (SILVA, 2010) poder-se-ão enumerar duas metodologias fundamentais no âmbito da análise financeira, correndo sempre o risco de esquecer que impera

inevitavelmente a experiência e o bom senso do analista para a obtenção de análises fiáveis e úteis. Assim:

- 1) Verificação de alguns agregados de demonstrações financeiras;
- 2) Cálculo e análise de indicadores económicos e financeiros.

A Análise de Balanços objectiva extrair informações das demonstrações financeiras para as tomadas de decisão. Segundo (MATARAZZO, 2010) as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em informações e esta será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

2.11.1 Critérios da Análise Financeira

Como afirma (TAVARES, 2012) os processos da análise financeira existem alguns critérios que nos norteiam a uma análise mais concisa e sólida dos quais destacamos os seguintes:

- 1) **Eficiência:** melhor relação custo/benefício possível para o alcance dos objectivos estabelecidos no programa;
- 2) **Eficácia:** medida do grau em que o programa atinge os seus objectivos e metas
- 3) **Impacto (ou efectividade):** indica se o projecto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que ele interveio, em termos técnicos, económicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
- 4) **Sustentabilidade:** mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social em questão, após o seu término;
- 5) **Análise custo-efectividade:** actividade/projecto que atenda aos objectivos ao menor custo; Satisfação do beneficiário: avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa;
- 6) **Equidade:** procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

As decisões de aceitação ou rejeição, passam por critérios de selecção de recursos financeiros, humanos, materiais e tempo para a sua execução, com o objectivo de se obter retornos atractivos para os accionistas, maximizando assim a sua riqueza. (MATARAZZO, 2010)

2.12 Projecto de Investimento

Um projecto pressupõe uma serie de decisões de efectuar investimento, ou explorar o capital e/ou outros recursos existentes, com objectivo de obter os benefícios. Para evitar os riscos, otimizar os resultados ou escolher o melhor projecto a decisão de investimento e necessário efectuar uma análise financeira dos fluxos geridos, do mapa de exploração, plano de investimento etc. (LOPES, 2012)

Por outro lado, a necessidade da planificação e avaliação dum ou múltiplos projectos, onde uma das questões mais importantes no desenvolvimento dos negócios e a geração e a avaliação de alternativas de investimento. A avaliação do investimento tem maior importância em especial, nas economias com imprevisibilidade política e económica. (POITAN, 2014)

O professor (BARROS, 2007) entende que “projecto é uma proposta de aplicação de recursos escassos que possuem aplicações alternativas a um negócio, que se espera, gerará rendimentos futuros durante um certo tempo capazes de remunerar a aplicação.”

Ainda na percepção de (BARROS, 2007)

Projecto de investimento é simultaneamente uma ideia e um plano de investimento; que se propõe afectar recursos escassos a uma aplicação particular, de entre as diferentes aplicações alternativas, com o objectivo de obter um rendimento durante um certo tempo, que remunere adequadamente a aplicação.

(MARQUES, 2006) explica da igual forma a noção do projecto por “intenções de aplicação dos recursos com finalidade de produzir outros recursos com tendência de aumento da qualidade e/ou quantidade e/ou reduzir os custos de produção.”

2.13 Aspectos centrais da análise de projectos

Segundo (CEBOLA, 2011) o processo de análise de projectos é normalmente desenvolvido em duas grandes fases:

1º) Fase: Validação dos dados

Na perspectiva de (CEBOLA, 2011) naturalmente que qualquer análise efectuada aos valores obtidos no estudo de viabilidade do projecto só fara sentido se o analista tiver confiança nos dados que vai utilizar para esse efeito, caso contrário os indicadores obtidos não têm validade e utilidade prática. Assim, a primeira fase consiste em:

a) Aferir a **coerência das soluções** preconizadas no estudo de viabilidade, face às necessidades identificadas no diagnóstico previamente efectuado, à estratégia definida e às alternativas existentes no mercado;

Interessa efectivamente saber se as opções de investimento e operacionais que foram tomadas são consistentes e se as alternativas seleccionadas representam a melhor opção existente no mercado para servir os propósitos definido. (CEBOLA, 2011)

b) Avaliar a **correção das previsões** apresentadas no estudo de viabilidade, as quais sustentam os valores constantes nas demonstrações económicas e financeiras imputadas ao projecto, tendo como referência a fundamentação e adequação dos pressupostos que as sustentam;

De facto, o analista não deverá trabalhar com valores que não pode acreditar, seja pela incorrecção ou seja inadequada ou insuficiente fundamentação dos pressupostos em que se assentou o cálculo dos mesmos. (CEBOLA, 2011)

2º) Fase: Avaliação de projecto

Segundo (CEBOLA, 2011) uma vez validados os valores que vão ser sujeitos a análise, a avaliação do interesse do projecto deve fazer-se tendo em conta três aspectos centrais:

- a) **Análise de rentabilidade:** avaliar se os ganhos gerados correspondentes aos excedentes líquidos imputáveis ao projecto, são suficientes para compensar a aplicação de fundos necessários ao seu desenvolvimento, produzindo rentabilidade suficiente face às alternativas disponíveis para aplicação desses recursos;
- b) **Análise da solvabilidade (equilíbrio financeiro):** avaliar a se a situação resultante da aplicação do projecto na empresa garante o equilíbrio financeiro, permitindo à empresa liquidar os compromissos assumidos com terceiros;
- c) **Análise do risco:** analisar o risco associado à realização do projecto é aceitável, face aos padrões de referência estabelecidos pelo investidor, e está reflectido adequadamente aos níveis de rentabilidade previstos.

2.14 Classificação dos projectos

Na percepção de (CEBOLA, 2011) nem todos os projectos podem ou devem ser objecto de análise seguindo o mesmo modelo, isto é, aplicando os mesmos critérios. As diferentes circunstâncias em que os projectos são desenvolvidos e as diferentes características que eles apresentam irão determinar a forma como o analista os irá apreciar, pelo que (CEBOLA, 2011) afirma que importa desde logo classificar os diferentes tipos de projectos, enquadrando-os genericamente da seguinte forma:

2.14.1 Quanto ao seu grau de interdependência

É normal que as empresas ou os investidores privados tenham em carteira diversos projectos de investimentos, os quais são objecto de avaliação para efeito da tomada de decisão. Nestas circunstâncias, importa perceber se existe alguma relação directa entre os diversos projectos em carteira e existindo como é que essa relação se caracteriza:

- 1) **Projectos independentes:** projectos são independentes quando os resultados de cada um não são de forma alguma influenciados pelo desenvolvimento dos restantes, como por exemplo a construção de uma fábrica de rolhas de cortiça;
- 2) **Projectos dependentes:** dois ou mais projectos são considerados dependentes quando os resultados de cada um são de alguma forma influenciados pelo desenvolvimento dos restantes por exemplo a instalação de uma grande superfície de prancha de cortiça;

2.14.2 Quanto à dimensão dos projectos

Não existe uma medida única para enquadramento dos investimentos em quaisquer classes dimensionais (micro, pequenos, médios e grandes), mas a dimensão dos projectos deve ser tida em conta, nomeadamente para os seguintes efeitos:

- 1) **Profundidade de análise:** a profundidade dos estudos e análises efectuados para sustentar uma decisão de investimento é normalmente ajustada à dimensão dos recursos a afectar, uma vez que a dimensão das potenciais perdas cresce na medida em que os investimentos crescem em valor;
- 2) **Obrigações legais:** as obrigações legais a cumprir pelas empresas especificamente em termos de licenciamento, variam consoante a dimensão dos investimentos, não estando aqui em causa o valor das aplicações efectuadas, mas essencialmente a dimensão das instalações;
- 3) **Enquadramento em mecanismos de apoio público:** o possível enquadramento de um projecto em sistemas de incentivos aos investimentos o outro mecanismo público de apoio não deverá levar a que as empresas realizem investimentos orientados especificamente para esse efeito e não focalizados apenas nas necessidades decorrentes do desenvolvimento da sua estratégia.

2.14.3 Quanto ao perfil dos projectos

No entendimento de (CEBOLA, 2011) o perfil dos projectos face às condições prévias da empresa que irão desenvolver, ou face ao estado da arte, do sector ou do mercado, é igualmente relevante quer na fase de elaboração dos estudos de suporte, quer na análise a que os mesmos serão submetidos, nesse prisma o autor classifica-los em:

- 1) **Projectos de substituição:** estes projectos são muito frequentes nas empresas, não têm normalmente como objectivo o aumento da capacidade produtiva, a introdução de novos produtos ou o acesso a novos mercados, mas tão só substituir activos fixos que chegaram ao fim da sua vida útil, sendo por isso os que apresentam menor grau de incerteza;
- 2) **Projectos de expansão:** trata-se de projectos que visam aumentar a capacidade produtiva instalada em áreas que a empresa já opera e que, portanto, conhece profundamente.
- 3) **Projectos estratégicos:** têm como objectivo a criação de condições de competitividade da empresa a prazo, a conquista de vantagens competitivas relevantes ou de posição nos mercados.

2.15 Modelos de Análise de projectos

Apresentamos a seguir os modelos mais usados no processo de avaliação de projectos os quais poderão ser utilizados alternativa ou completamente entre si consoante o trabalho definido de acordo ao entendimento de (CEBOLA, 2011):

2.15.1 Análise STEP

A análise STEP representa o ponto de partida para análise do macro ambiente externo que afecta os mercados e as empresas, sendo frequentemente utilizada numa fase inicial para avaliação das condições encontradas nos mercados em que se pretende investir e das condições que a empresa poderá encontrar na fase de investimento e de exploração que possam condicionar a sua competitividade. (CEBOLA, 2011)

O acrónimo STEP corresponde à natureza dos factores que são objectos de análise:

- 1) **Sociológicos** (factores socioculturais e demográficos);
- 2) **Tecnológicos** (factores tecnológicos);
- 3) **Económicos** (factores macroeconómicos);
- 4) **Políticos** (factores políticos, factores legais ambientais e éticos).

(CEBOLA, 2011) defende “que os factores STEP representam um papel muito importante na identificação de oportunidades ou na definição de ameaças que a empresa deverá enfrentar a quando do seu desenvolvimento”.

(CEBOLA, 2011) entende que O número de factores STEP que podem influenciar um negócio é virtualmente ilimitado, variando naturalmente de sector para sector. Na prática, as empresas deverão listar os factores que poderão influenciar a sua actividade, atribuir-lhes prioridades em função dos impactos esperados e monitorar mais de perto aqueles que possam ser mais relevantes.

Os resultados da análise devem ser sistematizados de forma a permitir uma adequada leitura da natureza, probabilidade de ocorrência e importância do impacto que cada factor pode gerar, avaliando a eventual necessidade de se aprofundarem os estudos relativamente àqueles que se considerem críticos ou de elevada prioridade. (CEBOLA, 2011)

Corroborando com (CEBOLA, 2011) a análise STEP incide sobre o ambiente geral do projecto, ou seja, sobre todos os factores que influenciam de modo geral todas as empresas que actuam num mesmo espaço. Para completar essa análise é igualmente necessário efectuar uma abordagem do ambiente específico composto pelas variáveis que afectam apenas as empresas que actuam no mesmo sector de actividade, envolvendo por exemplo a avaliação do comportamento de clientes, fornecedores, concorrentes ou grupo de pressão.

Tabela 3 Exemplos de factores STEP

Exemplos de Análise STEP	
Factores Sociológicos	Factores Tecnológicos
Declino populacional, elevada taxa de desemprego.	Boa rede de comunicação, Existência de centros de TI.
Factores Económicos	Factores Políticos
Reduzido custo de terrenos; Distância às matérias-primas; boa acessibilidade.	Existência de apoio público, interesse municipal no projecto.

Fonte: (Autor 2023)

2.15.2 Análise SWOT

Como espelha (TSU, 500 a.C) em A Arte da Guerra se conhecermos o inimigo e a nós mesmos não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecemos, mas não ao nosso inimigo para cada vitória sofreremos uma derrota se não nos conhecemos nem ao nosso inimigo sucumbiremos em todas as batalhas.

A análise sistemática da situação externa e interna é uma peça importante do processo de definição de estratégias alternativas de actuação e para a selecção da estratégia mais adequada para o desenvolvimento da empresa e dos seus projectos de investimento. (FIQUEREIRA, 2007)

(BARROS, 2007) entende que “análise SWOT é uma ferramenta muito utilizada, permitindo o cruzamento entre os resultados da avaliação dos recursos da empresa (interna) com as características do ambiente competitivo em que esta actua.”

Ainda no entendimento de (BARROS, 2007) os factores internos à empresa são neste contexto classificado em:

- 1) *Stengths*-Pontos Fracos;
- 2) *Weaknesses*-Pontos Fracos

Já os factores externos à empresa são classificados como:

- 1) *Opportunitates*-Oportunidades;
- 2) *Threats*-Ameaças.

2.15.2.1 Fontes de informação quando se efectua uma análise SWOT

(CEBOLA, 2011) inúmeras as seguintes fontes de informação quando se efectua uma análise SWOT:

Comunicação social: alguns órgãos de comunicação social mais ligados a matérias de natureza económica e empresarial publicam trabalhos de investigação e informação pertinente sobre o mercado ou a concorrência;

Fontes documentais: boletins informativos do Banco Central ou departamentos governamentais, estudos publicados por centros de conhecimentos, banca ou outras entidades, ou mesmo relatórios imitados pela concorrência;

Fontes interna: planos e relatórios anuais de actividade, relatórios de gestão interna ou de execução de projectos são uma boa fonte de informação, os colaboradores da empresa são normalmente a fonte mais fidedigna sobre o que nela está a passar e os problemas que poderão vir a colocar-se internamente;

Conhecimento do tecido empresarial: o conhecimento que os empresários e os quadros da empresa têm sobre o tecido empresarial em que se inserem e em particular das empresas que desenvolvem a mesma actividade ou actuam o mesmo mercado serve igualmente de suporte a esta análise.

2.15.2.2 Pontos Fortes

(CEBOLA, 2011) os pontos fortes de uma empresa são recursos e capacidades de que dispõe e que a diferenciam de forma positiva da concorrência (aquilo que faz bem, aquilo em que tem boas *performances*,

aquilo em que gera mais valor), os quais poderá utilizar como suporte para desenvolvimento de vantagens competitivas e otimizar o seu desempenho.

2.15.2.3 Pontos Fortes

(FIQUEIRA, 2007) os pontos fortes são características da empresa correspondentes a incapacidade, limitações ou deficiências estruturais e funcionais, tangíveis ou intangíveis que podem comprometer o desempenho futuro e por isso devem ser eliminados ou mitigados. A ausência de alguns pontos fortes em domínios essenciais ao desenvolvimento do negócio constitui em todos os casos um ponto fraco.

Outros pontos fracos podem decorrer do modelo organizacional, do perfil dos recursos humanos, da situação financeira etc.

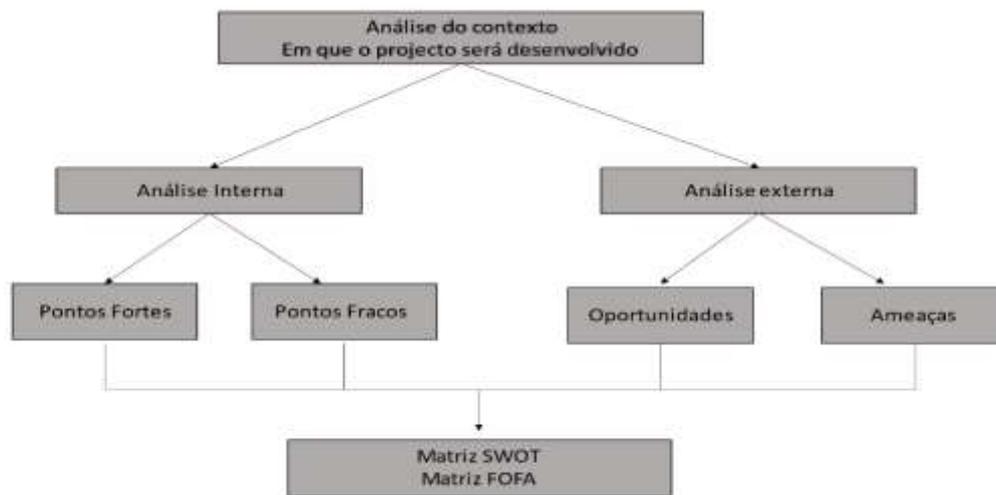
2.15.2.4 Oportunidades

As oportunidades são factores do meio envolvente da empresa que se bem aproveitadas podem abrir novas áreas de negócio ou fornecer vantagens competitivas face à concorrência. As oportunidades podem alavancar o crescimento da empresa ou o aumento da sua rentabilidade, influenciando positivamente o desempenho global. Importa destacar que nem todas as oportunidades têm a mesma relevância e potencial para gerar valor a empresa ou a mesma probabilidade de sucesso. (FIQUEIRA, 2007)

2.15.2.5 Ameaças

A lista de factores identificados como ameaças potenciais à empresa pode ser extensa, devendo fazer-se um juízo de valor sobre a relevância de cada um deles, concentrando a atenção naqueles que sejam mais relevantes ou possam gerar maior impacto, sob pena de se dispersarem os esforços. (BARROS, 2007) .

Ilustração 1 Esquematização da Matriz SWOT



Fonte: Adaptado de (CEBOLA, 2005)

2.15.3 Redundância entre as análises STEP e SWOT

Segundo (CEBOLA, 2011) a análise STEP incide normalmente sobre um ou mais mercados, avaliando o respectivo potencial, atractividade, sustentabilidade e risco, enquanto a análise SWOT incide sobre a unidade de negócio, a proposta de investimento ou a ideia em desenvolvimento.

Importa salientar que a utilização de modelos de análise como STEP, SWOT ou qualquer outro não é obrigatório e o grau de profundidade da análise não é pré-definido. A escolha dos modelos deve resultar da opção do gestor ou do analista face ao contexto, nomeadamente à dimensão da empresa ou do projecto a desenvolver. (CEBOLA, 2011)

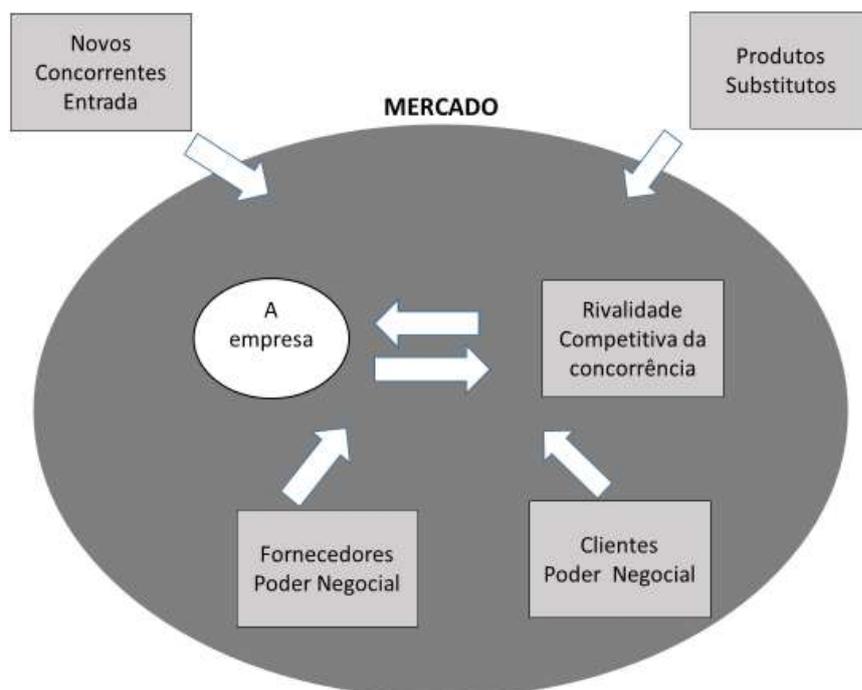
2.15.4 Cinco Forças de Porter

As cinco forças de Porter foram propostas por Michael Porter no seu livro *Competitive Strategy Techniques for Analysing Industries and Competitors*, modelo este que sistematiza a análise do microambiente em que se pretende implementar o projecto. (CEBOLA, 2005)

a) A ameaça de entrada de novos concorrentes- (PORTER, 1985) entende que o nível de ameaça de entrada de novos concorrentes num mercado é determinado pela qualidade e intensidade das barreiras à entrada nesse mercado, podendo ser identificado diversas barreiras a essa entrada.

- b) **Poder Negocial dos Fornecedores**- “o poder negocial dos fornecedores é definido entre outros factores pela dimensão do fornecedor, a importância que o seu fornecimento tem no consumo das empresas e as vantagens que ele pode dispor e fornecer à empresa”(PORTER, 1985)
- c) **Poder Negocial dos Clientes**- na percepção de (CEBOLA, 2005) este poder é maior quando os consumidores dos produtos ou serviços comercializados pela empresa têm mais opções de compra (nível de concentração dos clientes superior à dos fornecedores), quando a importância da empresa compradora é irrelevante para o vendedor ou mesmo se os clientes tiverem uma estratégia de produtos substitutos.
- d) **Existência de Produtos Substitutos**- a disponibilidade no mercado de produtos alternativos coloca constrangimentos ao nível de fixação de preços, limitando a capacidade do projecto de gerar lucros.
- e) **Rivalidade Competitiva**- a intensidade da rivalidade presente no mercado é determinada pelo número de concorrentes, sua dimensão e força relativa e pelas condições em que o mercado funciona. A dimensão do mercado (mais ou menos apetecível) e a sua taxa de crescimento (maior ou menor potencial futuro) são factores igualmente relevantes na avaliação do potencial de rivalidade que se encontra no mercado.

Ilustração 2 Esquematização das Cinco Forças de Porter



Fonte: Adaptado de (CEBOLA, 2011)

No entendimento de (MARQUES, 2002) a empresa deverá naturalmente ter em conta que para ganhar capacidade competitiva e superar a concorrência não basta adoptar as boas praticas detectadas porque:

- 1) Uma boa prática numa empresa pode por circunstâncias várias não resultar do mesmo modo noutra empresa;
- 2) A adopção das práticas dos outros não permite à empresa uma diferenciação e os outros continuarão sempre à frente.

2.16 Arranque do projecto a partir de problemas identificados

“O desenvolvimento de projectos com vista a resolver problemas identificados na comunidade tem riscos mitigados pelo facto de já existir um ponto de partida conhecido, como seja um processo em curso, um mercado já em exploração” (CEBOLA, 2005)

(CEBOLA, 2005) entende que uma vez identificado o problema a resolver e analisados os contornos desse problema, a equipa deverá procurar soluções alternativas, escolher a melhor opção e executá-la, mantendo um processo de escrutínio continuo sobre a sua actividade, não só para verificar se com a solução implantada se conseguem os objectivos definidos, mas igualmente para identificar novos problemas que requeiram atenção.

2.17 Critérios de avaliação de projectos

2.17.1 Custo Médio de Oportunidade de Capitais

Corroborando com (CEBOLA, 2011) o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) é uma métrica financeira amplamente utilizada para determinar o custo de financiamento de uma empresa que utiliza tanto capital próprio quanto capital de terceiros. Essa taxa reflecte o custo de oportunidade para os investidores e accionistas que financiam a empresa e é fundamental para avaliar projectos de investimento e tomar decisões de financiamento.

O CMPC é calculado ponderando o custo do capital próprio e o custo do capital de terceiros, de acordo com a proporção de cada fonte de financiamento na estrutura de capital da empresa. O WACC ou Custo Médio Ponderado calcula-se pela seguinte fórmula:

$$CMPC = \frac{CP}{CT} * RCP + \frac{CA}{CT} * RCA * (1 - I)$$

Sendo que:

CP = Capital Próprio;

CT = Capital Total;

CA= Capital Alheio;

I = taxa de imposto;

RCP = Rendibilidade do Capital Próprio

RCA = Rendibilidade do Capital Alheio;

2.17.2 Modelo de Avaliação de Activos de Capital

O Modelo de Avaliação de Activos de Capital (CAPM) é uma teoria financeira amplamente utilizada para determinar o retorno esperado de um activo financeiro, com base no seu risco sistémico e no prémio de risco de mercado. Desenvolvido por William Sharpe em 1964, o CAPM é uma ferramenta fundamental para o cálculo do custo do capital próprio (CP) de uma empresa, utilizado no cálculo do WACC e em outras análises financeiras. (CEBOLA, 2011)

A fórmula geral do CAPM é a seguinte: $CAPM = RM + \beta(RM - RF)$

Onde:

Rf é a taxa livre de risco, representada geralmente pela taxa de retorno de títulos do governo,

β (beta) é uma medida do risco sistemático do activo em relação ao mercado,

Rm é o retorno esperado do mercado (geralmente representado pelo retorno esperado do índice de mercado),

Rm - Rf é o prémio de risco de mercado, que representa a compensação adicional que os investidores exigem para investir em activos de maior risco em relação a activos livres de risco.

De acordo com (SOUZA; CLEMENTE, 2004) o CAPM é baseado na premissa de que os investidores são avessos ao risco e que buscam maximizar a relação entre risco e retorno de seus investimentos. Assim, o modelo estabelece uma relação linear entre o risco sistémico de um activo (medido pelo beta) e o prémio de risco de mercado. Activos com betas mais altos são considerados mais arriscados e devem oferecer retornos esperados maiores para atrair investidores.

2.17.3 Método do Valor Actualizado Líquido (VAL)

Este método de análise de investimento com certeza é uma das técnicas mais conhecidas e utilizadas pelos investidores. Como seu próprio nome indica, o Valor Actualizado Líquido (VAL) nada mais é do que a soma de todos os valores de um fluxo de caixa na data zero, ou seja, na data inicial do investimento.

Segundo (BARROS, 2007) o Valor Actualizado Líquido (VAL) é um indicador financeiro que tem como objectivo calcular o valor presente dos fluxos de caixa de um projecto de investimento. Ele considera o valor do investimento inicial, os fluxos de caixa futuros esperados e uma taxa de desconto. Se o VAL for positivo, significa que o projecto é viável e trará retorno financeiro para a empresa. Caso contrário, indica que o projecto não é atractivo financeiramente.

2.17.4 Taxa Interna de Retorno (TIR) e Payback

De acordo com (BARROS, 2007) a **Taxa Interna de Retorno (TIR)** é outro indicador bastante utilizado na avaliação de projectos. Ela representa a taxa de desconto que iguala o VAL a zero, ou seja, quando a soma dos fluxos de caixa é igual ao investimento inicial. A TIR é uma medida do retorno do investimento e é usada para comparar a atractividade de diferentes projectos. Quanto maior a TIR, mais atractivo é o projecto.

O *Payback* (PK) segundo (BARROS, 2007) é um indicador que avalia o tempo necessário para que o fluxo de caixa de um projecto iguale o investimento inicial. Ele indica o período de tempo em que o investimento será recuperado. O PK pode ser utilizado como um critério de decisão para projectos com retorno financeiro mais imediato. Quanto menor o período de *payback*, mais rápido o investimento será recuperado e, portanto, mais atractivo é o projecto.

2.18 Organizações

Os clássicos, definem organização como um conjunto de duas ou mais pessoas que realizam tarefas, seja em grupo, seja individualmente, mas de forma coordenada e controlada, actuando num determinado contexto ou ambiente, com vista a atingir um objectivo pré-determinado através da afectação eficaz de diversos meios e recursos disponíveis, liderados ou não por alguém com as funções de planear, organizar, liderar / dirigir e controlar.

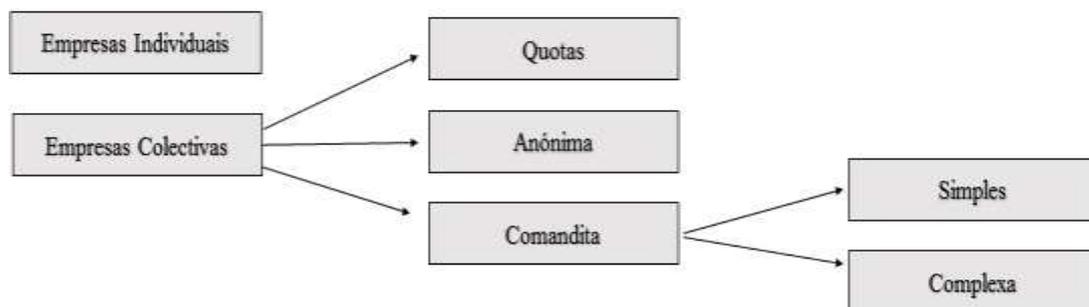
Por esta razão (TAMO, 2006) afirma que as empresas são organizações, mas nem todas as organizações são empresas.

2.18.1 Classificação das Empresas Segundo (TAMO, 2006)

2.18.1.1 Quanto a forma jurídica

As empresas classificam-se de acordo com a modalidade em que se constituem e actuam, a legislação que vigora em cada país, regula os seus direitos e obrigações contratuais, legais e as responsabilidades perante terceiros.

Ilustração 3 Classificação quanto a forma jurídica



Fonte: Adaptado de (TAMO, 2006)

2.18.1.2 Quanto o sector de actividade

Tabela 4 Classificação quanto ao sector de actividade

Quanto ao sector de actividade		
N/O	Sector de Actividade	Enquadramento da Actividade
1	Primário	Extracção, Agricultura, pesca, pecuária etc
2	Secundário	Transformação, produção
3	Terciário	Comércio e Prestação de Serviço

Fonte: Adaptado de (TAMO, 2006)

2.18.1.3 Quanto a dimensão da empresa

De acordo com critérios definidos pela comissão europeia (Recomendação 2003/361/CE) e também adaptada pela lei nº30/11, de 13 de Setembro da República de Angola classificam-se em:

Tabela 5 Classificação de Empresas quanto a dimensão

Quanto a Dimensão			
Descrição		Critérios de Classificação	
N/O	Dimensão	N.º de Trabalhadores	Volume de Facturação
1	Micro	Até 10 trabalhadores	Inferior a 250 Mil USD
2	Pequena	De 11 a 100 trabalhadores	Superior a 250 Mil USD inferior a 3 milhões
3	Média	De 101 a 250 trabalhadores	Superior a 3 Milhões USD e inferior a 10 milhões USD
4	Grande	Mais de 250 trabalhadores	Mais de 10 milhões USD

Fonte: Adaptado de (TAMO,2006)

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, serão apresentados os métodos e procedimentos adoptados para a realização da pesquisa sobre a criação de um escritório de contabilidade pública. A metodologia escolhida visa fornecer uma abordagem abrangente e sistemática, garantindo a colecta de dados relevantes e a análise precisa dos aspectos envolvidos no tema proposto.

3.1 Pesquisa quanto aos objectivos

3.1.1 Pesquisa Descritiva

Na concepção de (GIL, 2008), a pesquisa descritiva tem como principal objectivo descrever características de determinada população ou fenómeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de colectas de dados.

- 1) A pesquisa descritiva foi utilizada para compreender o contexto e características do mercado local, identificando a necessidade da criação de um escritório de contabilidade pública;
- 2) Esse método ajudou-nos a formar uma visão clara da situação actual, o que é fundamental para a análise de viabilidade e a definição dos serviços oferecidos.

3.1.2 Pesquisa explicativa

Segundo (GIL, 2008), ressalta que a pesquisa explicativa visa identificar os factores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenómenos. Por explicar a razão e o porque das coisas, esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade.

- 1) A pesquisa explicativa foi aplicada para compreender as relações de causa e efeito entre variáveis que afectam o sucesso da empresa.
- 2) Isso é particularmente relevante na fase de análise de viabilidade, onde procuramos entender quais factores influenciarão a aceitação dos serviços de contabilidade pública.

3.2 Pesquisa quanto a abordagem do problema

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

Segundo (CERVO & BERVIAN, 2003), definem a pesquisa bibliográfica como a que explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos.

- 1) A pesquisa bibliográfica foi utilizada para buscar informações teóricas e conceituais sobre a contabilidade pública, análise de projectos e tendências do sector.
- 2) Essa pesquisa é essencial para embasar a metodologia, compreender as melhores práticas e garantir conformidade com regulamentações.

3.2.2 Pesquisa Documental

Segundo (GIL, 2008) a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objectivos da pesquisa.

- 1) A pesquisa documental envolveu a análise de documentos que retractam sobre a evolução da contabilidade pública;
- 2) Esses documentos forneceram informações cruciais para a definição da proposta de valor e a elaboração do plano operacional.

3.3 Pesquisa quanto aos procedimentos

3.3.1 Pesquisa qualitativa

Segundo (RICHARDSON, 1999) menciona que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interacção de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

A pesquisa qualitativa foi empregue pois permitiu explorar profundamente questões subjectivas, motivações e desafios, enriquecendo assim a compreensão do contexto e das complexidades envolvidas no processo de criação de um escritório de contabilidade pública.

3.3.2 Pesquisa quantitativa

Diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na colecta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenómenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos.

- 1) A pesquisa quantitativa foi útil para colectar dados económicos e financeiros utilizados na análise , etc.
- 2) Esses dados são fundamentais para o monitoramento e avaliação do desempenho da empresa ao longo do tempo.

3.4 Métodos de recolha de dados

Corroborando com (ALVES, 2012) a recolha de dados é um aspecto fundamental na elaboração da parte empírica de uma pesquisa, por isso, deve ser bem preparada. Para a presente pesquisa na recolha de dados vamos usar um método: Inquérito por questionário.

- 1) Essa etapa é crucial em várias partes da metodologia, incluindo a análise de viabilidade, definição de serviços, planeamento operacional e monitoramento.
- 2) Para a elaboração da pesquisa, utilizamos todo material necessário como: Computador, impressora, pen drav, disco CD E DVD, esferográficas, lápis, borracha e outros materiais que foram indispensáveis para o desenvolvimento do nosso projecto.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Neste capítulo será feita a apresentação do projecto de negócio (Empresa) interpretação dos indicadores económicos e financeiros que garantam a viabilidade do projecto, desde o capital a investir, o endividamento, a solvabilidade, autonomia financeira, rendibilidade dos capitais próprios, crescimento do projecto, análise custo benefício, análise do **VAL, TIR e PAY BACK** para garantir o retorno do investimento. Neste prisma somente serão apresentados os mapas fundamentais: Mapa de pressupostos, equipamento, investimento, financiamento, serviço da dívida, fornecimentos e serviços de terceiro, custo com o pessoal, volume de serviços e o mapa de exploração previsional.

4.1 Apresentação da Empresa

A nossa empresa será chamada Contas Públicas-Assessoria e Consultoria, Lds, com o Lema Orçamento Perfeito, Desenvolvimento Garantido empresa de direito angolano com representatividade dos sócios com quotas de responsabilidade Limitada, estaremos localizados na Província do Huambo, Município do Huambo, com a prerrogativa de se estender em todo território nacional em função da demanda dos nossos serviços. A empresa estará voltada ao sector terciário de concreto a prestação de serviços, na fase embrionária tanto a nível de facturação como a nível de nº de funcionários seremos um micro-empresa. Os nossos serviços serão voltados a Contabilidade Pública, Elaboração e Acompanhamento de Projectos Públicos, Consultoria e Assessoria em Autarquias e Sedes Administrativas.

4.1.1 Missão, Visão e Valores

4.1.1.1 Missão

Disponibilizar com qualidade e honestidade serviços de contabilidade pública, assessoria e consultoria que proporcionem satisfação aos nossos clientes e desenvolvimento das comunidades.

4.1.1.2 Visão

Ser um Escritório de Contabilidade Pública reconhecido na Província do Huambo pelo seu serviço diferenciado pela qualidade e credibilidade do mesmo.

4.1.1.3 Valores

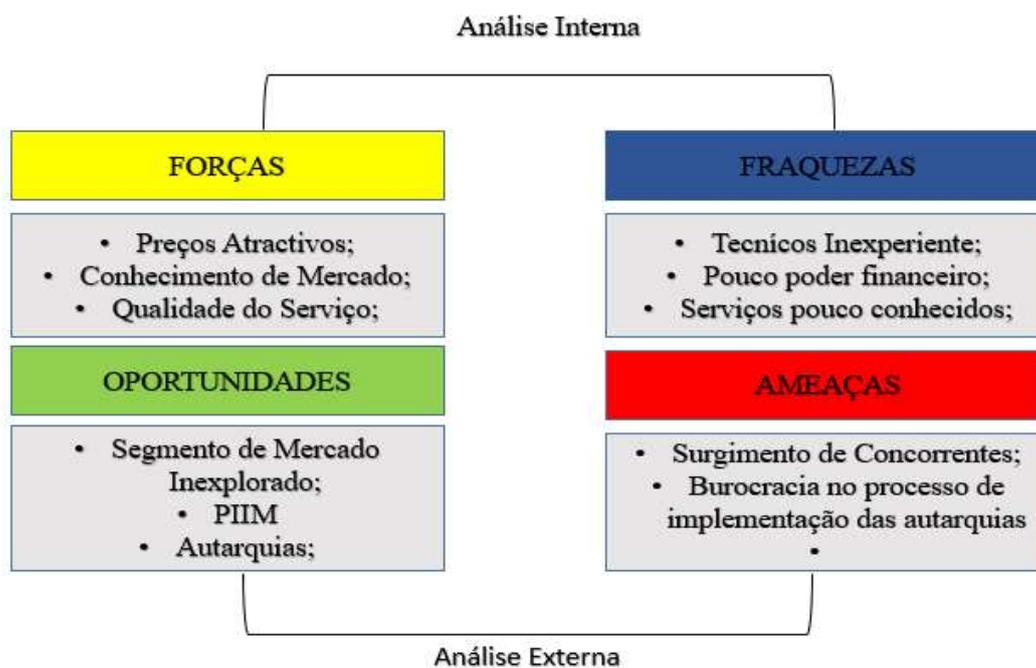
Actuar de forma responsável e transparente, com ética, honestidade, comprometimento e seriedade, respeitando as leis, as pessoas e o meio ambiente.

4.2 Instrumentos de Análise

No Capítulo anterior abordamos do ponto de vista teórico alguns modelos utilizados para análise de empresas. No nosso entendimento optamos por apresentar um modelo, a **Matriz SWOT**.

4.2.1 Matriz SWOT

Ilustração 4 Matriz SWOT



Fonte: (Autor 2023)

4.3 Interpretação dos Rácios Económicos e Financeiros

Para a avaliação de projectos, o analista deve socorrer aos rácios de análise económica e financeira presentes na literatura, para o presente trabalho serão analisados os seguintes indicadores tendo como base os anos médios 2024 e 2025 pois são eles que comprovam a evolução do projecto:

1) **Rentabilidade dos Capitais Próprios:** é um instrumento de análise financeira cujo objectivo é mostrar a rentabilidade dos recursos investidos pelos sócios ou accionistas da empresa.

$$RCP = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

$$RCP_{2024} = \frac{739\,596,60}{2\,800\,000,00} = 0,26 * 100\% = 26\%$$

Como podemos ver a rentabilidade dos capitais próprios para o ano de 2024 foi de 26% que significa que a empresa obteve um retorno sobre o capital próprio investido.

$$RCP_{2025} = \frac{882\,230,15}{2\,800\,000,00} = 0,32 * 100\% = 32\%$$

Semelhante ao ano de 2024, em 2025 pode-se também evidenciar um crescimento de 32%, que indica que a empresa melhorou a rentabilidade do activo anterior, alcançando um retorno favorável sobre o capital próprio investido.

Neste prisma, a empresa conseguirá gerar retornos positivos o que demonstra a eficiência na geração de lucros em relação ao capital próprio investido.

Rentabilidade do Investimento: é um indicador financeiro cujo objectivo é ilustrar de maneira percentual a evolução do património da empresa.

$$RI = \frac{\text{Resultados Líquidos Médios}}{\text{Capital Próprio Investidos}}$$

$$RI = \frac{3\,375\,840,50}{2\,800\,000,00} = 1,21 * 100\% = 120,57\%$$

Este é um indicador fundamental na análise do crescimento do património económico e financeiro da empresa, ou seja, é um indicador que permite apurar a vida média aritmética do resultado líquido do exercício face os capitais investidos. O retorno do investimento durante os anos do projecto médio é incremental em 123% de acordo com os dados do projecto.

2) **Rendibilidade do Activo:** A Rendibilidade do Activo, também conhecida pela ROA, é um indicador de rendibilidade utilizado nas análises económicas e financeiras das empresas e que procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão dos activos detidos pela empresa em

termos de produção de resultados financeiros. Quanto maior o valor do ROA, melhor será a performance da empresa na utilização dos seus activos. (BARROS, 2007)

$$RA = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Activo Total Líquido}}$$

$$RA_{2024} = \frac{739\,596,60}{4\,463\,482,00} = 0,17 * 100\% = 17\%$$

$$RA_{2025} = \frac{882\,230,72}{3\,094\,114,00} = 0,29 * 100\% = 29\%$$

Este indicador, apresenta a rendibilidade do activo do projecto nos anos de 2024 e 2025, o crescimento do ROA é significativo de um ano para o outro, o que proporciona vantagem competitiva dos investidores

3) Rendibilidade das Vendas/Prestação de Serviço: é um indicador em percentagem, que compara o lucro líquido com o volume de negócios da empresa.

$$RPS = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Volume de Negócios}}$$

$$RPS_{2024} = \frac{739\,596,60}{11\,327\,100,00} = 0,07 * 100\% = 7\%$$

$$RPS_{2025} = \frac{882\,230,15}{11\,553\,642,00} = 0,08 * 100\% = 8\%$$

Este indicador é a tradução literal de cada unidade monetária vendida transformada em lucro para o projecto da empresa, ou seja, em 2024 e 2025 o projecto teve 7,% e 8% traduzido em dinheiro na esfera da empresa uma vez que as vendas representam um cash-flow In.

4) Rácio do Endividamento: o rácio de endividamento determina a proporção ou percentagem de capital alheio utilizado no financiamento das actividades da entidade.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$$

$$\text{Endividamento}_{2024} = \frac{2\,016\,000,00}{4\,463\,482,00} = 0,40 * 100\% = 40\%$$

$$\text{Endividamento}_{2025} = \frac{1\,774\,500,00}{3\,094\,114,00} = 0,57 * 100\% = 57\%$$

Em 2024 o endividamento será de 40%, significa que 40% dos recursos financeiros da empresa serão financiados por fundos alheios ao passo que 60% serão financiados por fundos próprio a mesma análise se estende ao ano de 2025.

- 5) **Rácio da Solvabilidade:** O rácio de solvabilidade traduz a capacidade da entidade expressa pelos capitais próprios para solver os seus compromissos expressos no passivo, ou seja, o seu endividamento.

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$
$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}} = 0,42 * 100\% = 42\%$$

Como podemos ver 42% das obrigações financeiras da empresa poderão ser cobertas pelo capital próprio da empresa, lembrando que uma solvabilidade podendo assim honrar com os seus compromissos com fornecedores.

- 6) **Rácio da Autonomia Financeira:** traduz a percentagem do activo que está a ser financiada pelos capitais próprios da entidade.

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo}}$$
$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{2\,800\,000,00}{5\,832\,850,00} = 0,48 * 100\% = 48\%$$

A autonomia financeira de 48% indica que a empresa que 48% dos recursos totais da empresa serão financiados por fundo próprios enquanto 52% será financiada por outras fontes.

4.4 Critérios de Decisão do projecto

7) Valor Actualizado Líquido

Tabela 6 Cálculo do VAL

VAL	
Anos	Cash-Flow
0	-7 000 000,00
2023	2.868.162,00
2024	3.074.964,60
2025	2.976.098,15
2026	2.873.247,01
COC	10,76%
VAL	2.195.495,07

Fonte: (Autor 2023)

O VAL do projecto é de **kz 2 195 495,07** o que significa que o projecto é viável pois o mesmo possui retorno líquido positivo após levar em consideração os fluxos de caixas futuros esperados e descontados.

8) Taxa Interna de Rentabilidade

Tabela 7 Cálculo da TIR

TIR	
Anos	Cash-Flow
	- 7.000.000,00
2023	2.868.162,00
2024	3.074.964,60
2025	2.976.098,15
2026	2.873.247,01
TIR	25%

Fonte: (Autor 2023)

A TIR do nosso projecto é de 25% o que indica que o investimento tem um retorno de 25% ao ano, o que é uma taxa de retorno significativamente positiva. O que significa que os fluxos de caixa futuros do investimento são projectados para gerar valor líquido positivos.

9) Período de Recuperação do Investimento

Tabela n.º8: Cálculo do Payback

Ano	Coefficiente de actualização	Cash-Flow não actualizado	Cash-Flow actualizado	Cash-Flow Actualizado Acumulado
0	-	- 7.000.000,00		- 7.000.000,00
1	1,1076	2.868.162,00	2.589.528,71	- 4.410.471,29
2	1,22677776	3.074.964,60	2.506.537,61	- 1.903.933,67
3	1,358779047	2.976.098,15	2.190.273,80	286.340,13
4	1,504983672	2.873.247,01	1.909.154,94	2.195.495,07

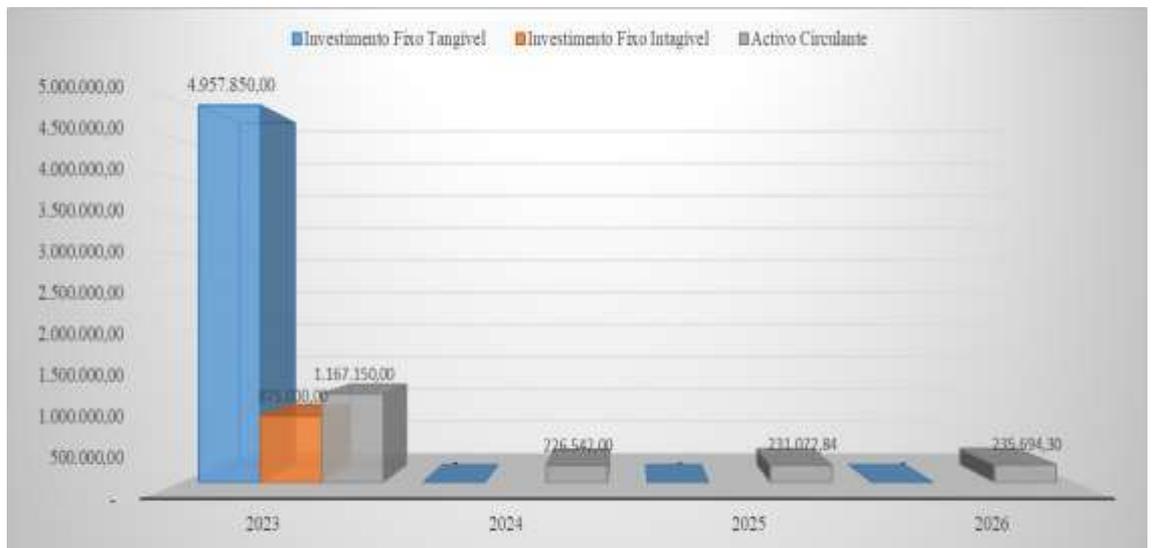
Fonte: (Autor 2023)

PayBack do projecto: 2 anos,10 meses e 13 dias, significa que, considerando lavaré aproximadamente 2 anos, 10 meses e 13 dias para se recuperar o valor do investimento inicial através dos fluxos de caixas gerados pela empresa. Após esse período o projecto começará a gerar fluxos de caixa positivos sobre o investimento o que consideramos lucro.

4.5 Interpretação Gráfica

Nesta secção faremos a interpretação gráfica dos indicadores tradicionais utilizados para análise da viabilidade de projectos os gráficos que serão análises possuem como base de construção os mapas em anexo.

Gráfico 1 Mapa de Investimento

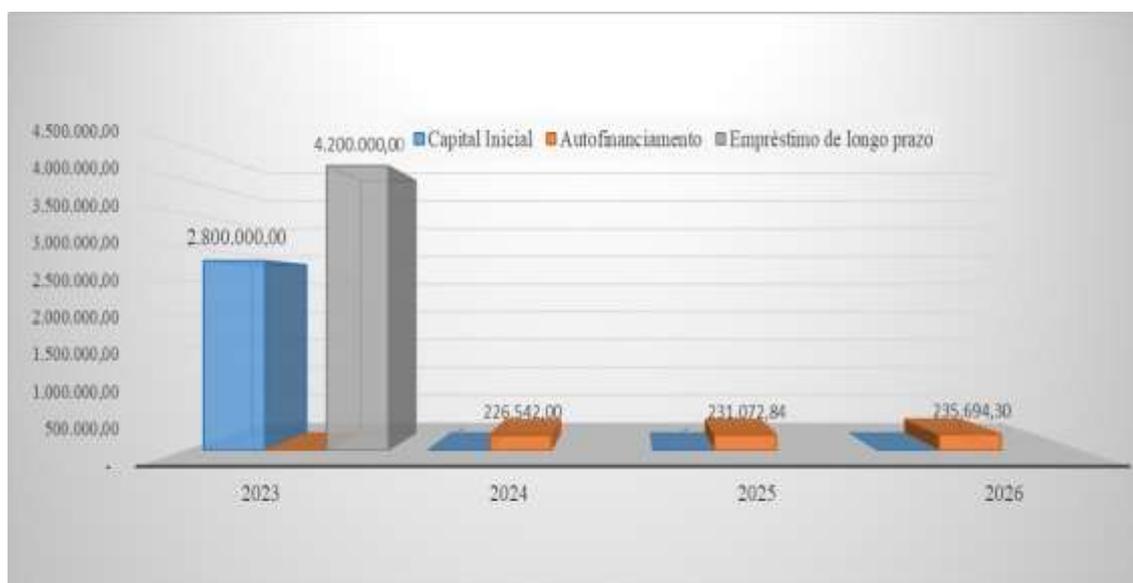


Fonte: (Autor 2023)

De acordo com os dados plasmados em anexo mapa n.º4 de investimento consegue-se perceber que haverá necessidade de investimento em activos fixos tangíveis em relação aos activos fixos intangíveis e activo circulante. Pelo que grande parte do valor a ser financiado será para aquisição de equipamentos básicos, administrativos, equipamento de carga e transporte e softwares.

Como podemos ver não haverá investimento em activos nos anos subsequentes porque os activos que serão adquiridos possuem vida útil superior a 4 anos. O gráfico acima ilustra de igual modo o crescimento do activo circulante ao longo dos anos, cujo o mesmo varia em função do volume de negócios anual, representado assim 2% do mesmo.

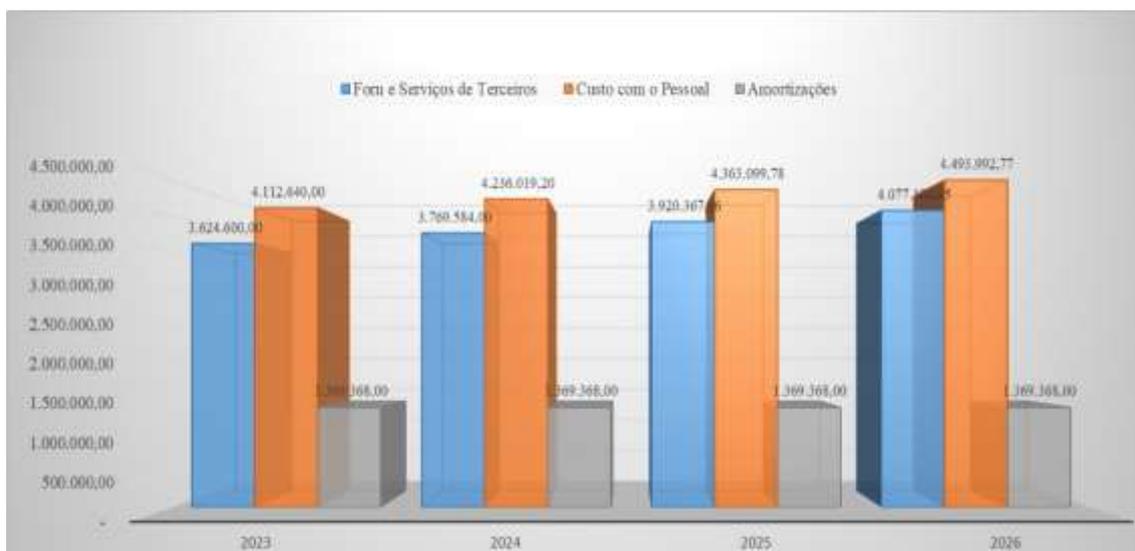
Gráfico 2 Financiamento



Fonte: (Autor 2023)

Para a implementação do projecto, a sociedade já possui um montante de kz 2 800 000,00 e poderá fazer recurso a um empréstimo de médio e longo prazo no montante de kz 4 200 000,00. Foi feito um estudo comparado em que grande parte dos escritórios de contabilidade somente conseguiram se estabelecer e criar condições de trabalho com montantes não superiores a kz 5 000 000,00. Este empréstimo será feito junto do Banco Angolano de Investimentos de acordo com os pressupostos plasmados no mapa n.º6 do serviço da dívida. Como podemos ver só haverá necessidade de financiamento no primeiro ano, pois nos anos subsequentes em função dos proveitos a empresa pretende deduzir 2% do valor global das prestações de serviços para fundo de autofinanciamento.

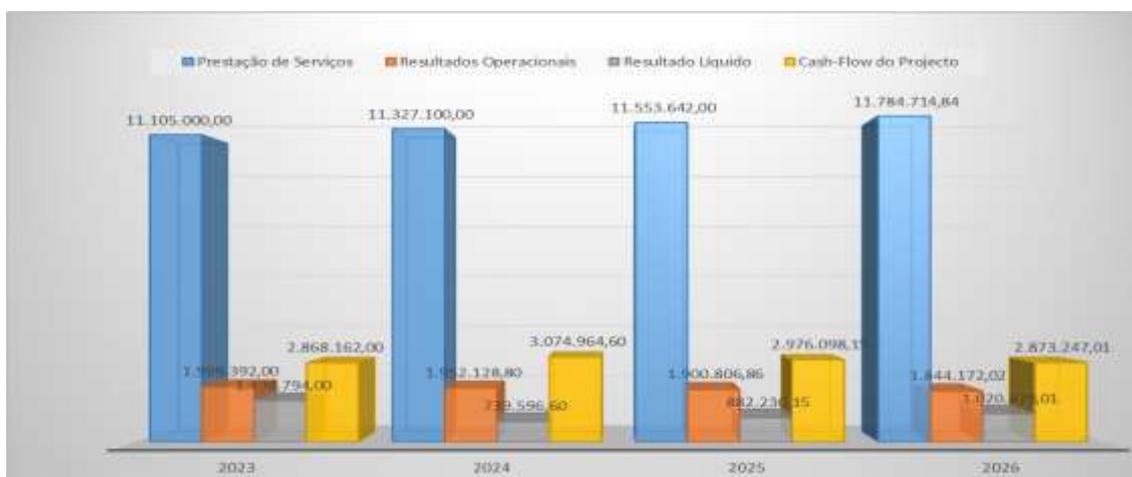
Gráfico 3 Custos Operacionais



Fonte: (Autor 2023)

O gráfico acima ilustra-nos que com o passar dos anos o projecto crescerá a nível dos custos, com maior destaque para os custos com fornecimento de serviços de terceiro que engloba custos com materiais de escritório, água, energia, seguros entre outros. De igual modo os custos com o pessoal e as também tendem a crescer de maneira significativa pois em função do evolução dos salários ao longo dos anos bem como os encargos associados. As amortizações se mantiveram constantes pois a vida útil dos activos está associada depreciações anuais à taxa constante.

Gráfico 4 Indicadores de Viabilidade Económica do Projecto



Fonte: (Autor 2023)

A interpretação do gráfico acima será feita mediante segregação por rubricas do mesmo, como podemos evidenciar o nosso gráfico ilustra o comportamento do nosso volume de negócio, resultados operacionais, resultado líquido e Cash-Flow do Projecto durante o horizonte temporal de 4 anos. Cada um dos indicadores desempenha um papel fundamental para a testificação da viabilidade do projecto. Pesem bora que de forma previsionial, conseguimos perspectivar o comportamento dos indicadores acima mencionados, neste íterim passaremos agora a análise segregada:

10) Prestação de Serviço

A prestação de serviço identificada de forma previsionial é resultado do volume de negócio da empresa que foi estimado na perspectiva anual mediante a carteira de serviços que a nossa empresa pretender oferecer no mercado.

Como podemos evidenciar o volume de vendas possui uma margem de crescimento de 2% ao ano, justificado pela expansão do negócio bem como o alcance da maturidade do projecto.

11) Resultados Operacionais

O projecto prevê resultados operacionais positivos, sustentados pela superioridade das receitas ou proveitos quando comparados aos custos, o que significa que a empresa conseguirá no curto, médio e longo prazo receitas superiores aos custos, muito por conta da evolução crescente do nível de receitas.

12) Resultado Líquido do Exercício

Como podemos constatar o projecto terá resultado líquidos positivos nos 4 anos, os resultados operacionais positivos contribuiram para o crescimento do resultado líquido, no primeiro ano o projecto prevê um resultado líquido superior aos demais anos, pelo facto de que no primeiro ano o projecto não possuiu custos financeiros por causa do período de carência.

13) Cash Flow do Projecto

O projecto mostra crescimento ao longo dos anos, isso é sinal de saúde financeira e eficiência operacional, a semelhança do resultado líquido o cash-flow do ano 2023 foi de igual modo superior aos demais anos, isso pelo facto da ausência dos custos financeiros.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa chegou as seguintes conclusões:

O projecto se for implementado será viável de acordo com os parâmetros estabelecidos no estudo de viabilidade económica e financeiro, foram utilizados os critérios tradicionais para a validação do projecto que são: VAL, TIR e PAY BACK;

O estudo feito está alinhado as linhas de pesquisa da instituição uma vez que não é uma monografia virada simplesmente para a revisão de literatura, mas sim para inovação e empreendedorismo;

$VAL > I$, a $TIR > COC$, o que possibilita a aceitação do projecto e a sua implementação, porque o mesmo criar riqueza para os proponentes do investimento;

O projecto responde uma necessidade existente no mercado, e que a mesma será muito acentuada com a implementação das autarquias, o presente estudo trás de per si uma abordagem teórico-prática da necessidade de se fazer contabilidade nas instituições públicas conforme recomenda o plano geral de contabilidade das instituições públicas e a fiscalização na execução dos orçamentos por instituições de contabilidade independentes;

A Criação de um Escritório de Contabilidade trará benefícios futuros pois possibilitará a transparência na prestação de contas das Entidades Públicas. A disponibilidade de informações financeiras precisas e confiáveis a sociedade e melhorar a confiança da sociedade e melhorar a governação

A pesquisa responde a pergunta de partida porque o estudo de viabilidade proposto apresenta serviços inerentes a utilidade pública para atender as necessidades das empresa públicas e administrações na gestão de fundos públicos. Ainda trás de per si, a criação de um escritório de contabilidade denominado “Contas Publicas Consultoria e Prestação de Serviços Lda”;

O objectivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que os objectivos específicos da pesquisa deram resposta e solução ao problema levantado no acto da apresentação do pitch da ideia.

5.1 LIMITAÇÕES

É importante reconhecer que a pesquisa pode enfrentar algumas limitações, como possíveis vieses devido à selecção da amostra e à disponibilidade dos participantes. Essas limitações serão mencionadas e discutidas de forma transparente ao longo do estudo. Aqui estão algumas limitações que você deve considerar:

Falta de Experiência prática:

Geralmente os trabalhos de fim de curso são baseados em pesquisa teórica, o que pode limitar a compreensão prática das nuances e desafios reais enfrentado para criação de um escritório de contabilidade pública

Acesso Limitado a Dados Reais

A obtenção de dados reais sobre a prática de contabilidade pública nas instituições públicas.

Complexidade da Implementação;

A criação de um escritório de contabilidade pública envolve uma série de processos complexos, como licenciamento, regulamentações legais, estrutura organizacional e escolha de softwares. O estudo pode não conseguir abordar todos os aspectos em profundidade.

5.2 RECOMENDAÇÕES:

Para a Faculdade:

Parcerias Empresariais: Estabelecer parcerias com empresas locais para projectos de pesquisa, estágios e consultoria, proporcionando aos alunos experiências práticas relevantes.

Para Estudantes:

Networking: Participar de grupos de interesse, conferências ou eventos relacionados com o processo de implementação das autarquias no do país.

Para Pesquisadores e Administradores Locais:

Adopção das Práticas de Contabilidade Pública: Incluir gestão orçamental os princípios orçamentais e obedecer prazos mitigando deficit e desvios orçamentais.

Transparência na prestação de contas: Manter a comunidade informada sobre as despesas realizadas com fundos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Decisões Financeiras e Análise de Investimentos**. 5. ed. ed. São Paulo: [s.n.], 2004). p. p. 77.
- ABRAHAM, M. **Manual de Direito Financeiro Brasileiro**. Elsevier. Rio de Janeiro, p. 183. 2010.
- ALVES, M. D. P. **Metodologia Científica**. Lisboa: Escolar Editora, 2012.
- ANDRADE, B. D. **Contabilidade Pública**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, v. I, 2002.
- ANTÓNIO, B. **Contabilidade Angolana e Portuguesa: Estudo Comparado**. 1ª. ed. Portugal: UPT, v. I, 2017.
- BARROS, C. P. **Avaliação Financeira de Projectos de Investimentos**. 1ª. ed. Lisboa: Escolar Editora, v. I, 2007.
- BOARDMAN, A. E. **Cost-Benefit Analysis: Concepts and Practices**. 4ª. ed. Londres: Illustrated Revised, v. II, 2018.
- CARVALHO, D. **Orçamento e Contabilidade Pública: Teoria, Prática**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Lda , 2010.
- CARVALHO, D. V. P. **A Aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública**. 1ª. ed. Lisboa: Areas Editora, v. I, 2009.
- CARVALHO, J. D. S. **O Processo Orçamental das Autarquias Locais**. Lisboa: Almedina, 1996. p. 164.
- CASTRO, D. P. D. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- CASTRO, M. D. F. R. D. **Programa de Gestão Governamental: Contabilidade Pública Aplicável às Entidades Municipais e a Estrutura**. 1ª. ed. São Paulo: Globo Livros, v. II, 2010.
- CEBOLA, A. **Elaboração e Análise de Projectos de Investimento-Casos Práticos**. 2ª. ed. Lisboa: Edições Sílabo, v. I, 2005.
- CEBOLA, A. **Projectos de Investimento de Pequenas e Médias Empresas-Elaboração e Análise**. 1ª. ed. Lisboa: Edições Síbaló,Lda, v. I, 2011.
- FERNANDES, E. **Avaliação de Projectos de Investimentos**. 2ª. ed. Brasil: Globo Editora, v. I, 2015.
- FIQUEREIRA, M. **Microinveste, Projectos de Investimento-Avaliação e Planeamento**. 1ª. ed. Lisboa: Edições Sílabo, v. II, 2007.
- FORTES, J. **Contabilidade Pública**. 6ª. ed. Brasil: Franco e Fortes, v. I, 2001.

- HADDAD, R. C.; MOTA, G. L. **Contabilidade Pública**. 1ª. ed. Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina , v. I, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10ª. ed. São Paulo: Globo Livro, v. I, 2010.
- KOHAMA, H. **Contabilidade Pública Teoria e Prática**. 15ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, v. I, 2016.
- LAMPERT, L.; KUHN, I. N. **Análise Financeira**. 1ª. ed. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil : Unijuí , v. I, 2012.
- LOPES, M. D. S. **Elaboração e Análise de Projetos de Investimento**. 2ª. ed. Porto: FEUP edições, v. I, 2012.
- LUIZ, W. A **Contabilidade Publica em Angola: Uma Visão Geral do Âmbito das Finanças Públicas**. 1ª. ed. Angola-Luanda: Casa das Ideia, v. I, 2016.
- LYTVYNENKO, L. VERIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DO MODELO CAPM. **In: LYTVYNENKO, L. VERIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DO MODELO CAPM**. 1ª. ed. Lisboa: Faculdade de Ciências, v. I, 2016. Cap. II, p. 13-45.
- M. D. S.LOPES. **Elaboração e Análise de Projetos de Investimento**. 2ª. ed. Porto: FEUP edições, v. I, 2012.
- MARQUES, A. **Concepção e Análise de Projectos de Investimento**. 1ª. ed. Lisboa : Edições Sílabo, v. I, 2002.
- MARQUES, A. **Concepção e análise de Projetos de Investimento**. 3ª. ed. Portugal: Edições Silabo, v. I, 2006.
- MARTINS, C. Plano de Negócios. **Análise de Investimentos**, 22 Novembro (2002).
- MATARAZZO, D. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, v. I, 2010.
- MOTA, F. G. L. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasil: Auto-Editor, 2009.
- NETO, C. **Elaboração e Avaliação de Projetos de Investimento**. 1ª. ed. Lisboa: Elsevier, v. I, 2009.
- NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 2ª edição. ed. São Paulo: Atlas , v. I, 2010.
- PACIOLI, L. **Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por partidas dobradas)**. Itália: [s.n.], v. I, 1494.
- PADRÃO, R. Gestão Financeira. **In: PADRÃO, R. Gestão Financeira**. 2º. ed. Portugal-Porto: FEP, v. I, 2008. Cap. 1, p. 280-300.
- PESTANA, C. B. **Avaliação Financeira de Projectos de Investimento**. 1ª. ed. Lisboa: Escolar Editora, v. I, 2007.

- PINTO, A. C.; CAIADO, A. C. P. **Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública**. 1ª. ed. Lisboa: Areas Editora, v. I, 2001.
- PIRES, A. **Sistema de Normalização Contabilística do POC ao SNC**. 1ª. ed. São Paulo: Publisher Team , v. I, 2010.
- POITAN, R. **Análise do Projeto de Investimento**. 1ª. ed. Lisboa: ISG, v. I, 2014.
- PORTER, M. **Criação de Estratégias Competitivas e Técnicas para Análise de Indústria e Concorrentes**. 1ª. ed. NEW YORK: The Free Press, v. I, 1985.
- REIS, A.; BANDEIRA, A. M. **Contabilidade Internacional**. 1ª. ed. Portugal: Setúbal livros, v. II, 2012.
- SILVA, J. P. D. **Análise financeira das empresas**. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, v. I, 2010.
- SOARES, J. C. **Sistema de Normalização Contabilística, Questões e Casos Prático**. 1ª. ed. Porto: Plátano Editora , v. I, 2010.
- TAMO, K. **Introdução à Gestão das organizações. Conceitos e Estudo de Caso**. 3ª. ed. Luanda: Editora das Letras, v. I, 2006.
- TAMO, K. **Gestão das Organizações**. 3ª. ed. Luanda: Capatê., v. I, 2012.
- TAVARES, P. **Análise Financeira**. 1ª. ed. Portugal: Açores Edição, v. I, 2012.
- TEIXEIRA, S. **Gestão das organizações**. 2ª. ed. Portugal: Edições Sílabo, v. 1, 2011.
- TSU, S. **A Arte da Guerra**. China: [s.n.], 500 a.C.
- VAZ, A. T. **A CONTABILIDADE PÚBLICA NO MUNDO – A EVOLUÇÃO CONTABILIDADE PÚBLICA**. 1ª. ed. LISBOA: Ares Editora, v. II, 2005.
- WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a Harmonização Contábil**. 1ª. ed. São Paulo: Globo Edior, v. I, 2005.

ANEXOS A- MAPAS ECONÓMICOS- FINANCEIROS

Mapa de Pressupostos					
N/O	Pressupostos do Projecto	2023	2024	2025	2026
1	Taxa de Inflação	13,80%	13,80%	13,80%	13,80%
2	Taxa de Variação da Inflação	0%	0%	0%	0%
3	Taxa de Empréstimo de Curto Prazo	13%	13%	13%	13%
4	Taxa de Empréstimo de médio e longo prazo	23,5%	23,5%	23,5%	23,5%
5	Taxa de Rendibilidade do Capital Próprio	10,76%	10,76%	10,76%	10,76%
6	Taxa de Juros de Bilhetes de Tesouro	19%	19%	19%	19%
7	Beta do Projecto	1,17%	1,17%	1,17%	1,17%
8	Rendibilidade do Mercado	0,27%	0,27%	0,27%	0,27%
9	Taxa de Imposto Sobre o Valor Acrescentado	14%	14%	14%	14%
10	Taxa de Imposto Industrial	25%	25%	25%	25%
11	Nº Meses de Remunerações	14	14	14	14
12	Segurança Social (Empresa)	8%	8%	8%	8%
13	Segurança Social (Trabalhador)	3%	3%	3%	3%
Estrutura de Capital		100%	100%	100%	100%
14	% Capital Próprio	40%	40%	40%	40%
15	% Capital Alheio	60%	60%	60%	60%
16	COC	10,76%	10,76%	10,76%	10,76%
17	Taxa de Crescimento dos serviços	0%	2%	2%	2%
18	Taxa de Crescimento dos salários	0%	3%	3%	3%
19	Taxa de Crescimento dos FST	0%	4%	4%	4%

Volume de Serviços								
N/O	Descrição	QT	PU	Valor	2023	2024	2025	2026
1	Contabilidade	5	850.000,00	4.250.000,00	4.250.000,00	4.335.000,00	4.421.700,00	4.510.134,00
2	Projectos	4	750.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.060.000,00	3.121.200,00	3.183.624,00
3	Orçamento	4	550.500,00	2.202.000,00	2.202.000,00	2.246.040,00	2.290.960,80	2.336.780,02
4	Assessoria e consultoria	6	275.500,00	1.653.000,00	1.653.000,00	1.686.060,00	1.719.781,20	1.754.176,82
5	Total de Serviços		2.426.000,00	11.105.000,00	11.105.000,00	11.327.100,00	11.553.642,00	11.784.714,84
6	IVA 14%	0	339.640,00	1.554.700,00	1.554.700,00	1.585.794,00	1.617.509,88	1.649.860,08
7	Facturação Bruta Anual		2.765.640,00	12.659.700,00	12.659.700,00	12.912.894,00	13.171.151,88	13.434.574,92

Mapa de Equipamentos									
N/O	Descrição	QT	PU	VA	TAXA-A	2023	2024	2025	2026
1	Imobilizado Corpóreo	23	2.460.850,00	4.957.850,00					
1.1	Equipamentos Administrativos	18	1.310.850,00	3.507.850,00		880.598,00	880.598,00	880.598,00	880.598,00
1.1.1	Secretaria	2	157.500,00	315.000,00	12,50%	39.375,00	39.375,00	39.375,00	39.375,00
1.1.2	Ilha de 3 lugares	1	387.500,00	387.500,00	12,50%	48.437,50	48.437,50	48.437,50	48.437,50
1.1.3	Cadeiras Administrativas	6	87.500,00	525.000,00	12,50%	65.625,00	65.625,00	65.625,00	65.625,00
1.1.4	Cadeiras de espera de 3 assentos	1	157.850,00	157.850,00	12,50%	19.731,25	19.731,25	19.731,25	19.731,25
1.1.5	Computadores	5	280.500,00	1.402.500,00	33,33%	467.453,25	467.453,25	467.453,25	467.453,25
1.1.6	Impressora	3	240.000,00	720.000,00	33,33%	239.976,00	239.976,00	239.976,00	239.976,00
1.2	Equipamentos Básicos	4	300.000,00	600.000,00		100.020,00	100.020,00	100.020,00	100.020,00
1.2.1	Armários de Arquivo	2	112.500,00	225.000,00	16,67%	37.507,50	37.507,50	37.507,50	37.507,50
1.2.3	Ficheiro	2	187.500,00	375.000,00	16,67%	62.512,50	62.512,50	62.512,50	62.512,50
3	Equipamentos de carga e Transporte	1	850.000,00	850.000,00		170.000,00	170.000,00	170.000,00	170.000,00
3.1	Motorizada	1	850.000,00	850.000,00	20%	170.000,00	170.000,00	170.000,00	170.000,00
4	Imobilizado Incorpóreo	2	875.000,00	875.000,00		218.750,00	218.750,00	218.750,00	218.750,00
4.1	Software Primavera	1	750.000,00	750.000,00	25%	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00
4.2	Software de elaboração de projectos	1	125.000,00	125.000,00	25%	31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00
Total Geral		25	3.335.850,00	5.832.850,00		1.369.368,00	1.369.368,00	1.369.368,00	1.369.368,00

Mapa de Investimento					
N/O	Descrição	2023	2024	2025	2026
1	Investimento Fixo Tangível	4.957.850,00	-	-	-
1.1	Equipamentos Básicos	600.000,00	-	-	-
1.2	Equipamentos Administrativos	3.507.850,00	-	-	-
1.3	Equipamentos de Carga e Transporte	850.000,00	-	-	-
2	Investimento Fixo Intagível	875.000,00			
2.1	Software Primavera	750.000,00	-	-	-
2.2	Software de elaboração de projectos	125.000,00	-	-	-
3	Subtotal de activo fixo	5.832.850,00			
4	Activo Circulante	1.167.150,00	226.542,00	231.072,84	235.694,30
5	Fundo de Maneio	1.167.150,00	226.542,00	231.072,84	235.694,30
~6	Total do Investimento	7.000.000,00	226.542,00	231.072,84	235.694,30

Mapa de Financiamento					
N/O	Descrição	2023	2024	2025	2026
1	Capital Próprio	2.800.000,00	226.542,00	231.072,84	235.694,30
2	Capital Inicial	2.800.000,00	-	-	-
3	Autofinanciamento	-	226.542,00	231.072,84	235.694,30
4	Capital alheio	4.200.000,00	-	-	-
5	Empréstimo de longo prazo	4.200.000,00	-	-	-
6	Empréstimo de curto prazo	-	-	-	-
Total de financiamento		7.000.000,00	226.542,00	231.072,84	235.694,30

Mapa de Custo com Pessoal								
N/O	Descrição	QT	SM	Meses do Projecto	2023	2024	2025	2026
1	Director Geral	1	60.000,00	14	840.000,00	865.200,00	891.156,00	917.890,68
2	Gestor de RH	1	40.000,00	14	560.000,00	576.800,00	594.104,00	611.927,12
3	Secretaria	1	35.000,00	14	490.000,00	504.700,00	519.841,00	535.436,23
4	Técnicos de apoio	3	35.000,00	14	1.470.000,00	1.514.100,00	1.559.523,00	1.606.308,69
5	Auxiliar de limpeza	1	32.000,00	14	448.000,00	461.440,00	475.283,20	489.541,70
6	Subtotal	7	202.000,00	0	3.808.000,00	3.922.240,00	4.039.907,20	4.161.104,42
7	Encargos 8%		16.160,00	0	304.640,00	313.779,20	323.192,58	332.888,35
8	Total Geral		218.160,00	0	4.112.640,00	4.236.019,20	4.363.099,78	4.493.992,77

Mapa de Fornecimento de Serviços de Terceiro						
N/O	Descrição	Valor Mensal	2023	2024	2025	2026
1	Material de escritório	47.600,00	571.200,00	594.048,00	617.809,92	642.522,32
2	Material de Higiene segurança e conforto	15.850,00	190.200,00	197.808,00	205.720,32	213.949,13
3	Energia	6.500,00	78.000,00	81.120,00	84.364,80	87.739,39
4	Seguros	3.500,00	42.000,00	43.680,00	45.427,20	47.244,29
5	Água	1.250,00	15.000,00	15.600,00	16.224,00	16.872,96
6	Combustíveis e Outros Fluidos	27.000,00	324.000,00	336.960,00	350.438,40	364.455,94
7	Ferramentas de Utensílios e desgaste rápido	12.750,00	153.000,00	159.120,00	165.484,80	172.104,19
8	Rendas e Alugueres	40.000,00	480.000,00	499.200,00	519.168,00	539.934,72
9	Vigilância e Segurança	70.000,00	840.000,00	873.600,00	908.544,00	944.885,76
10	Deslocações e estadas	21.500,00	258.000,00	268.320,00	279.052,80	290.214,91
11	Notariado	2.350,00	28.200,00	29.328,00	30.501,12	31.721,16
12	Comunicação	35.000,00	420.000,00	436.800,00	454.272,00	472.442,88
13	Publicidade propaganda	18.750,00	225.000,00	234.000,00	243.360,00	253.094,40
14	Total Geral	302.050,00	3.624.600,00	3.769.584,00	3.920.367,36	4.077.182,05

Mapa de Exploração Previsional					
N/O	Descrição	2023	2024	2025	2026
1	Prestação de serviços	11.105.000,00	11.327.100,00	11.553.642,00	11.784.714,84
2	Proveitos operacionais	11.105.000,00	11.327.100,00	11.553.642,00	11.784.714,84
3	Forn e Serviços de Terceiros	3.624.600,00	3.769.584,00	3.920.367,36	4.077.182,05
4	Custo com o Pessoal	4.112.640,00	4.236.019,20	4.363.099,78	4.493.992,77
5	Amortizações	1.369.368,00	1.369.368,00	1.369.368,00	1.369.368,00
6	Custos Operacionais	9.106.608,00	9.374.971,20	9.652.835,14	9.940.542,82
7	Resultados Operacionais	1.998.392,00	1.952.128,80	1.900.806,86	1.844.172,02
8	Custos Financeiros	-	966.000,00	724.500,00	483.000,00
9	Resultados antes de impostos	1.998.392,00	986.128,80	1.176.306,86	1.361.172,02
10	Impostos Industrial	499.598,00	246.532,20	294.076,72	340.293,00
11	Resultado Líquido do Exercício	1.498.794,00	739.596,60	882.230,15	1.020.879,01
12	Encargos Financeiros	-	966.000,00	724.500,00	483.000,00
13	Amortizações de exercício	1.369.368,00	1.369.368,00	1.369.368,00	1.369.368,00
14	Cash-Flow do projecto	2.868.162,00	3.074.964,60	2.976.098,15	2.873.247,01